



Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social

Neidimar Santos dos Reis

**RELAÇÕES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO:  
Análise dos acordos coletivos entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a  
empresa Vale S.A nos anos de 2009 a 2018**

Mariana/MG

2018

Neidimar Santos dos Reis

**RELAÇÕES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO:  
Análise dos acordos coletivos entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a  
empresa Vale S.A nos anos de 2009 a 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientação:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathiúça Bertollo

Mariana/MG  
2018

R375r

Reis, Neidimar Santos .

Relações de Trabalho na Mineração [manuscrito]: Análise dos Acordos Coletivos do Sindicato Metabase Inconfidentes e a Empresa Vale S.A, nos anos de 2009 a 2018 / Neidimar Santos Reis. - 2018.

81f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientadora: Profª. Drª. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Mineração - Minas Gerais - Teses. 2. Sindicatos - Teses. 3. Direito do trabalho - Teses. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 331.105.44(815).

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)

---

**RELAÇÕES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO:  
ANÁLISE DOS ACORDOS COLETIVOS ENTRE O SINDICATO METABASE  
INCONFIDENTES E A EMPRESA VALE S.A NOS ANOS DE 2009 A 2018**

NEIDIMAR SANTOS DOS REIS

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathiúça Bertollo

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 27 de novembro de 2018



Prof.<sup>o</sup> Dr. Rodrigo F. Ribeiro

Universidade Federal de Ouro Preto



Prof.<sup>o</sup> Me. Ricardo Wanzeller

Universidade Federal de Ouro Preto



Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathiúça Bertollo (Orientadora)

Universidade Federal de Ouro Preto

*Dedico...*

*A dona Eva, mãe, protetora e guerreira.  
Que em seu fôlego e coragem, dedicou longos  
anos de sua vida à lavoura e ao garimpo de  
ouro nas margens do rio Ribeirão do Carmo.*

## AGRADECIMENTOS

*“Liberdade – essa palavra que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique,  
e ninguém que não entenda!”*

***(Cecília Meirelles)***

Agradeço a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, socorro presente em meus momentos de angústias.

A minha mãe e família, por dar-me possibilidades de não estar sozinha nesta caminhada, e por todo o incentivo e presença marcante nessa trajetória.

A professora doutora Kathiúça Bertollo, por todo conhecimento e incentivo que tornaram possíveis a conclusão deste trabalho.

A UFOP e aos docentes do curso de serviço social, pelas experiências e conhecimentos compartilhados. Aos colegas de turma e todas as pessoas com quem eu convivi nesses longos anos de graduação.

Ao Sindicato Metabase Inconfidentes, por todo o apoio, sugestões e dedicação ao fornecer-me informações tão importantes para a conclusão deste trabalho.

O Rio? É doce.  
A Vale? Amarga.  
Ai, antes fosse  
Mais leve a carga.

Entre estatais  
E multinacionais,  
Quantos ais!

A dívida interna  
A dívida externa  
A dívida eterna.

Quantas toneladas exportamos  
De ferro?  
Quantas lágrimas disfarçamos  
Sem berro?

**(Carlos Drummond de Andrade)**

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa e discute as relações de trabalho na mineração extrativista. Estabelece como objetivo geral conhecer o panorama das negociações coletivas entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a empresa Vale S.A nos anos de 2009 a 2018. Para tanto, faz-se uma reflexão e análise de questões referentes aos sindicatos e às lutas dos trabalhadores, tais como: o nascimento do movimento operário no Brasil e no mundo, à questão da consciência de classe; o modo de produção capitalista no Brasil e a condição de capitalismo dependente. Nesse contexto, analisa-se o papel dos sindicatos dando ênfase à atuação do Sindicato Metabase Inconfidentes junto ao contexto laboral da mineração extrativista. O percurso investigativo explicitou que os trabalhadores da mineração vivenciam variadas formas e manifestações da superexploração da força de trabalho a partir da extração e obtenção dos super-lucros da empresa Vale S.A na Região Inconfidentes, estado de Minas Gerais. Tal contexto de exploração e luta de classes está presente nos acordos coletivos firmados entre os trabalhadores sindicalizados e a empresa mineradora. Ao analisar os acordos coletivos, considerando o atual contexto e a conjuntura de alterações nas leis trabalhistas, de intensificação da exploração e dos ataques aos direitos da classe trabalhadora constata-se a manutenção de algumas conquistas/direitos e perdas significativas de benefícios, ao longo dos anos analisados. Por fim, demarca-se que esta pesquisa busca contribuir com a luta sindical dos trabalhadores da mineração na região dos Inconfidentes.

**Palavras-chave:** Sindicato Metabase Inconfidentes, Vale S.A., acordos coletivos, mineração extrativista, superexploração da força de trabalho.



## ABSTRACT

The present work of course conclusion analyzes and discusses labor relations in extractive mining. It establishes as general objective to know the panorama of the collective negotiations between the Sindicato Metabase Inconfidentes and the company Vale S.A in the years 2009 to 2018. In order to do so, it is a reflection and analysis of issues related to trade unions and workers' struggles, such as: the birth of the workers' movement in Brazil and the world, the capitalist mode of production in Brazil and the condition of dependent capitalism. In the context, the role of trade unions is analyzed, emphasizing the role of Sindicato Metabase Inconfidentes in the labor context of extractive mining. The investigative course explained that the mining workers experience various forms and manifestations of the superexploitation of the work force from the extraction and obtaining of the super-profits of the company Vale S.A in the Region of the Unconfident's, state of Minas Gerais. This context of exploitation and class struggle is present in the collective agreements signed between the unionized workers and the mining company. In analyzing collective agreements, considering the current context and the conjuncture of changes in labor laws, intensification of exploitation and attacks on the rights of the working class, we can observe the maintenance of some gains/rights and significant losses of benefits, only over years analyzed. Finally, it is pointed out that this research seeks to contribute to the union struggle of the mining workers in the region of the Inconfidentes.

**Keywords:** Sindicato Metabase Inconfidentes, Vale S.A, collective agreements, extractive mining, overexploitation of the labor force.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

### Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Dados em % referentes às cláusulas trabalhistas presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018.....	<b>57</b>
<b>Gráfico 2</b> - Dados em R\$ referentes às cláusulas trabalhistas presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018.....	<b>58</b>
<b>Gráfico 3</b> - Dados em % referentes às cláusulas sociais presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2017/2018.....	<b>60</b>
<b>Gráfico 4</b> - Dados em R\$ referentes às cláusulas sociais presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018.....	<b>60</b>
<b>Gráfico 5</b> - Dados em % referentes às cláusulas da saúde presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/18.....	<b>62</b>
<b>Gráfico 6</b> - Dados em R\$ referentes às cláusulas da saúde presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2007/2018.....	<b>63</b>
<b>Gráfico 7</b> - Dados em % referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2014.....	<b>65</b>
<b>Gráfico 8</b> - Dados em R\$ referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2014.....	<b>65</b>

### Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Dados referentes às cláusulas trabalhistas presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018.....	<b>57</b>
<b>Tabela 2</b> - Dados referentes às cláusulas sociais presente nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018.....	<b>58</b>
<b>Tabela 3</b> - Dados referentes às cláusulas da saúde presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2017/2018.....	<b>61</b>
<b>Tabela 4</b> - Dados referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018.....	<b>63</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular

EUA – Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

ILAESE – Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

JUSBRASIL – Justiça Brasil

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

SMI – Sindicato Metabase Inconfidentes

PT – Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>SINDICATOS E AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL.....</b>	<b>20</b>
1.1 O Modo de Produção Capitalista no Brasil: Aproximações à realidade de capitalismo dependente.....	24
1.2 A Trajetória do Sindicalismo no Brasil: Aspectos da sua história.....	28
1.3 Dilemas e Desafios da Luta dos Trabalhadores Via Organização Sindical no Brasil Contemporâneo.....	33
<b>A MINERAÇÃO NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>38</b>
2.1 A Mineração na Região dos Inconfidentes: A manifestação da superexploração da força de trabalho.....	41
2.2 A Organização e as Lutas dos Trabalhadores da Mineração: Ênfase na atuação do sindicato Metabase Inconfidentes.....	44
2.3 Os Acordos Coletivos entre a Vale S.A e o Sindicato Metabase Inconfidentes.....	49
2.4 Análise Dos Acordos Coletivos de 2009 a 2018.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o sindicalismo brasileiro passa por um momento de intensas transformações por conta dos ataques aos direitos dos trabalhadores, da legitimidade do sindicato enquanto instância de luta, das demandas como empregabilidade, a globalização dos serviços e cada vez mais se torna árdua a luta por condições dignas de trabalho. Dada a situação econômica do país atualmente, é preciso que os trabalhadores assumam o controle dos meios de produção, isso numa perspectiva “mais imediata”, estamos nos referindo ao movimento de fazer frente aos ataques que os trabalhadores vêm sofrendo com o avanço do capitalismo e com as medidas de privatização e exploração da força de trabalho dentro das minas, no caso os trabalhadores da mineração, nosso contexto de estudo neste Trabalho de Conclusão de Curso.

É preciso uma postura crítica em relação às empresas mineradoras na região dos Inconfidentes e às demandas em que os trabalhadores das minas de ferro apresentam. Diante disso, torna-se necessário e relevante conhecer o panorama das negociações coletivas entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a empresa Vale/SA nos anos de 2009 a 2018, a fim de, refletir e avaliar sobre as relações de trabalho na mineração.

Assim como os outros sindicatos pelo Brasil, o Sindicato Metabase Inconfidentes nasceu especificamente, da necessidade dos trabalhadores de se organizarem e lutarem para defender o nível de vida dos trabalhadores dentro da mina. Inicialmente nos anos 1980 existia um ‘Sindicato da Mina de Timbopeba’, situada nas cidades Ouro Preto/MG e Mariana/MG, mina esta, pertencente atualmente à empresa Vale S.A, e outro, chamado de ‘Sindicato de Congonhas’ que representava esta cidade e região, estes existentes desde os anos 1950 e 1960 respectivamente.

Com o aumento nos números de trabalhadores na mina e das demandas oriundas da privatização da empresa que ocorreu na década de 1990, houve a fusão desses sindicatos formando então o ‘Sindicato Metabase Inconfidentes’ o qual representa os trabalhadores da mineração dos municípios de Ouro Preto, Congonhas, Mariana e região.

Diante dos fatores de exploração e segregação da classe trabalhadora por todo o estado e principalmente na região dos inconfidentes em Minas Gerais, esta pesquisa buscará contribuir com a luta sindical dos trabalhadores da mineração na região dos Inconfidentes.

Sabemos que na região dos inconfidentes - MG o trabalho nas minas de ferro se sustenta há anos, várias pesquisas são realizadas para conhecer o panorama das relações de trabalho na mineração, e como sabemos, a jornada de trabalho dentro das minas são jornadas intensivas e exaustivas, uma vez que o foco das empresas é o lucro extremo por menos gastos com os trabalhadores, acarretando uma alta taxa de exploração do trabalhador. Posto isso, podemos perceber na análise e colocação do anuário estatístico do ILAESE do ano de 2017.

O Instituto Latinoamericano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), divulgou em sua cartilha anual que:

Em 2016, considerando uma jornada de trabalho de 8 horas, em 1 hora e 15 minutos o trabalhador paga o seu salário, sendo todo o tempo restante apropriado pela empresa na forma do lucro. Trata-se de uma taxa de exploração de 543%, a segunda mais elevada dos últimos 5 anos (Cartilha do ILAESE, 2017).

Considerando este contexto de exploração, nos propomos conhecer o panorama das negociações coletivas entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a empresa Vale/SA nos anos de 2009 a 2018 a fim de refletir sobre as relações de trabalho na mineração.

Esta será uma pesquisa bibliográfica e documental. Através da pesquisa bibliográfica se buscará subsídios teóricos com autores que dialogam e possibilitam uma melhor compreensão e reflexão do tema em estudo. Já, a pesquisa documental se dará prioritariamente na análise dos acordos coletivos dos anos de 2009 a 2018 onde buscaremos explicitar as relações de trabalho na mineração dando ênfase para cada diferente período em que os acordos foram realizados.

Dentre os campos nos quais os sindicatos são bastante atuantes, a metalurgia, a mineração, a construção civil e o agronegócio exigem grande atenção por motivos óbvios: são áreas onde a alta taxa de exploração e os super lucros acontecem, bem como, os altos índices de acidentes e de insalubridade são alarmantes. Isso não ocorre, todavia, apenas no Brasil. Esses mesmos campos se apresentam em todos os continentes, e exigem os mesmos esforços e também uma união maior da classe trabalhadora para que juntos haja melhores condições de trabalho e uma nova ordem seja apresentada.

Como estudante da Universidade Federal de Ouro Preto, com três *campi* (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade) em Minas Gerais, foi possível perceber rapidamente o papel do turismo e da indústria extrativista de minérios e metais para a economia dessa importante região no país. A atuação dos sindicatos, principalmente na área da mineração, se mostra essencial para a manutenção não só das cidades incluídas na vasta região minerada no

Quadrilátero Ferrífero, que têm sua economia acrescida por *royalties* e outros benefícios da mineração, mas também na vida de todos os cidadãos envolvidos direta ou indiretamente com a atividade extrativa citada.

Diante de um ‘leque’ de opções para se pesquisar dentro do campo do sindicalismo na área da mineração, optou-se pelo estudo das relações de trabalho na mineração de ferro, especificamente pelas investigações e evidência da atual correlação de forças e diálogos presente em acordos coletivos entre os trabalhadores que se sindicalizam e a empresa mineradora Vale S.A. Para realização da pesquisa, os dados foram delimitados entre os anos De 2009 a 2018. Dessa forma, pretende-se abordar esse tema em busca de maior conhecimento sobre como ocorre o cenário de negociações nesses acordos e com a empresa em questão, tendo como mediador o Sindicato Metabase Inconfidentes (SMI).

Como ocorre com a maioria das empresas que possuem um grande número de empregados diretos e indiretos, é comum o surgimento de conflitos relacionados com o próprio ambiente de trabalho e que necessitem de intermediações jurídicas. Como se sabe, as jornadas de trabalho no interior das minas traduzem-se como intensivas e exaustivas, com foco no termo ‘produtividade’ a custo cada vez menor. São circunstâncias como essa que levam trabalhadores a reivindicarem direitos que, em muitas vezes, são negligenciados pela administração da empresa. Ainda hoje, como no passado, explora-se em demasia o trabalho do profissional da mineração no estado, especificamente na Região dos Inconfidentes que comporta a rica área conhecida como Quadrilátero Ferrífero.

Diante do exposto, a partir da análise das relações de trabalho na mineração na região dos inconfidentes - MG, é possível configurar um quadro de reivindicações coletivas direcionadas às empresas mineradoras em geral, o foco deste trabalho será acompanhar o atendimento dessas reivindicações e obter uma maior percepção dos reais problemas trabalhistas ocorridos em um sítio minerador de grande porte. Nesse caso, a atuação do sindicato passa a ser vista como principal intermediadora entre os dois lados (requerente e requerido) e, é exatamente pelo seu relevante papel mediador, que se justifica essa pesquisa, no sentido de melhor entender o que realmente ocorre.

As relações de trabalho na mineração apresentam, em seu contexto, elementos que apontam desde a gênese do conflito até sua solução possível, evidenciando, nitidamente, as condições de vida do trabalhador nas minas, o resultado do excesso na carga de trabalho e

outros eventos que podem influenciar a vida tanto do trabalhador e da sua família quanto da própria empresa.

Através da análise dos acordos coletivos, serão avaliadas as mudanças, as diferenças e os benefícios obtidos, principalmente pelos trabalhadores sindicalizados, o que inclui datas de pagamento salarial, pagamento de décimo-terceiro salário, adicional de trabalho noturno e horas extras, auxílios de natalidade e funeral, direito à creche, planos de saúde, análise, etc. Desse modo, será possível registrar o papel dos sindicatos junto a esses acordos para a consolidação de direitos da classe trabalhadora da região ora em estudo.

Assim, a pergunta-problema deste estudo é a seguinte: como têm se configurado as relações de trabalho na mineração a partir de acordos coletivos entre a mineradora Vale S.A e os trabalhadores sindicalizados e representados pelo Sindicato Metabase Inconfidentes?

Em busca da resposta para tal pergunta, trabalha-se com a hipótese de que o papel dos sindicatos na intermediação de relações de trabalho nas indústrias de mineração é muito importante e que, sem essa mediação, muitos dos direitos dos trabalhadores poderiam vir a ser negligenciados pelas empresas por falta de representatividade desses trabalhadores.

Nessa mesma perspectiva, delimita-se como objetivo geral deste estudo: conhecer o panorama das negociações coletivas entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a empresa Vale S.A, nos anos de 2009 a 2018, a fim de, refletir sobre as relações de trabalho na mineração. Como objetivos específicos deste estudo delimita-se: evidenciar a condição de capitalismo dependente do país a fim de relacionar com o contexto minerário extrativista na região do Inconfidentes-MG; explicitar o contexto das lutas sindicais no país apresentando elementos do seu surgimento e da sua conformação contemporânea; evidenciar a correlação de formas presente nos acordos coletivos entre os trabalhadores sindicalizados e a mineradora Vale S.A entre os anos de 2009 a 2018 e, contribuir com a luta sindical dos trabalhadores da mineração na região dos Inconfidentes.

Ao avaliarmos o presente estudo sob o ponto de vista de seus objetivos, seguindo os critérios de Oliveira (2011), podemos classificar o presente estudo como exploratório, descritivo e explicativo. É exploratório porque aumenta a possibilidade de o pesquisador aperfeiçoar o conhecimento que tem do fato estudado, podendo, inclusive, escrever sobre outros aspectos percebidos durante a pesquisa original. É descritivo porque descreve as características do fenômeno estudado ou estabelece conexões entre as variáveis selecionadas. É explicativo porque identifica os fatores que são a gênese do fenômeno ou elementos que o



fazem ocorrer, permitindo ao avaliador compreender as relações de causa e efeito (OLIVEIRA, 2011).

Sob o foco da natureza da pesquisa, ainda seguindo Oliveira (2011), podemos classificar o presente estudo como qualitativo-quantitativo. É qualitativo porque busca captar, além da aparência do fenômeno, suas outras faces como origem e evolução, fazendo o pesquisador inferir proposições importantes e tidas como consequências advindas de si (TRIVIÑOS, 1987, *apud* OLIVEIRA, 2011). É quantitativo porque vai gerar estruturas estatísticas, tanto pela coleta de dados quanto pelo uso desses dados para moldagem de gráficos e tabelas (RICHARDSON, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2011).

Quanto à técnica de análise de dados, utilizaremos as pesquisas bibliográfica e documental para se obter informações necessárias para a construção do referencial teórico e de outras estratégias para apresentação de dados encontrados. Especificamente, a pesquisa documental se ateve à análise dos acordos coletivos (2009 a 2018) obtidos através do SMI. A pesquisa bibliográfica se obteve pelo uso de material físico (publicações de livros, teses, artigos, revistas, boletins informativos e dissertações) como também de material virtual. Após a análise documental em que se buscará uma investigação aprofundada do objeto da pesquisa, se explanará acerca do assunto e as conclusões que se contatará no final de toda a abordagem e avaliação dos documentos e acordos fornecidos pelo SMI.

Para tanto, serão utilizados os textos, livros, teses e artigos de autores como, Ruy Mauro Marini (2005), Alexandre Arbia (2013), Kathiúça Bertollo (2017), Ricardo Antunes (2011), Celso Frederico (2009), autores que dialogam com a teoria marxista, revistas, jornais e cartilha do ILAESE (2016/2017), entre outros.

A pesquisa também realizará um estudo aprofundado no material e documentação do SMI e também dos sites que contribuem para uma maior compreensão do assunto como o anuário estatístico do ILAESE, e os materiais que o SMI disponibiliza para os trabalhadores associados e a população da região.

Para concretização do uso das técnicas de coleta, recorreu-se à análise de conteúdo por poder ser utilizada sobre qualquer fonte de informação, uma vez que permita ao pesquisador inferir dados ou concluir por inferência.

Esta pesquisa será orientada e utilizará o método crítico-dialético para, apoiado em investigação e análise dos dados coletados, posteriormente resultar em uma exposição crítica

dos seus resultados. Esse método investigativo requer apreensão dos detalhes investigados, aprofundamento das bases teóricas e extração do núcleo real do objeto a ser investigado.

Para Sgarbieiro e Bourguignon (2010, p. 10), “no processo de produção do conhecimento, a metodologia é construção resultante da relação sujeito-homem/objeto-natureza, que se dá no processo de pesquisa, orientada pelo método científico”.

Analisaremos os rebatimentos dessa relação de trabalho com cargas horárias intensas, jornadas intermitentes, baixos salários, acúmulo de funções, luta da classe trabalhadora e do sindicato na mina, e conseqüentemente como a jornada e excesso de trabalho afetam a vida cotidiana e familiar.

Analisar-se-ão quali-quantitativamente as informações e após a apreensão da realidade do objeto será externado, de forma crítica, o conteúdo do objeto pesquisado. Assim, desprovido de qualquer senso comum e conceitos pré-concebidos que envolvem o processo de investigação, serão trazidas à tona as determinações da realidade investigada, em sua totalidade e também em suas especificidades, de modo que seja extraída de maneira efetiva a realidade do objeto (CHAGAS, 2012).

Após a análise documental em que se buscará uma investigação aprofundada do objeto da pesquisa, se explanará acerca do assunto.

Em relação à organização das reflexões deste estudo, as mesmas foram organizadas em dois capítulos:

O capítulo 1, intitulado “Sindicatos e as lutas da classe trabalhadora no Brasil”, registra bibliograficamente o surgimento do sindicalismo no mundo e sua evolução. Após essa visão mais genérica, traz subitens que tratam dos sindicatos e das lutas da classe trabalhadora no Brasil até a presente data. Dentro desses tópicos citados, será apresentado o modo de produção capitalista no Brasil, a trajetória do sindicalismo em nosso país e os principais dilemas e desafios contemporâneos do movimento sindical brasileiro.

O capítulo 2, sob o título de “A mineração na Região dos Inconfidentes e a organização dos trabalhadores”, apresenta a mineração como uma das principais atividades econômicas de Minas Gerais, principalmente na Região dos Inconfidentes, a exploração da força de trabalho na mineração, a organização e a luta dos trabalhadores desse campo bem como a apresentação do Sindicato Metabase Inconfidentes (SMI). Neste capítulo, também serão apresentados e analisados os acordos coletivos dos anos de 2009 a 2018.

As considerações finais vão resumir os principais resultados encontrados, avaliados e/ou inferidos, sugestões dos autores sobre esses resultados e outras informações consideradas de relevância e adquiridas durante a análise e pesquisa dos acordos coletivos.

## CAPÍTULO 1

### SINDICATOS E AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Entende-se, que as orientações que marcaram, de forma básica, a classe operária do mundo industrializado, hoje copiam, de alguma forma, aquelas que serviam como propostas para o passado. Rodrigues (2009) registra que, possivelmente, foram essas mesmas estratégias que fizeram nascer o sindicalismo em países que foram mais tardios no processo de desenvolvimento industrial; quando esse processo se tornou cada vez mais relevante nessas nações e, conseqüentemente, surgiram também imposições de referências sociais, política e econômica. O sindicalismo surge/nasce dentro desse contexto.

Ainda segundo Rodrigues (2009) os movimentos operários nascentes ganharam feições diferentes e atribuíveis à região de onde nasciam, promovendo grande volume de ideologias, de tipologias de agremiação e de estilos de liderança, mesmo que houvesse como matriz um modelo europeu, o que pode ser comprovado quando se analisam os diversos conflitos entre anarquistas, marxistas e reformistas, no cenário de surgimento do movimento operário. Para explicar esse fenômeno, o autor afirma que

[...] considerava-se, não modelos diferentes, mas etapas menos ou mais avançadas de difusão do modo de produção capitalista e de industrialização. O exemplo disponível era aquele oferecido pela Inglaterra: o do capitalismo liberal, caracterizado basicamente pelo fato de ser conduzido por uma classe empresarial nacional e de resultar de transformações que se operavam “espontaneamente” no interior do sistema econômico. Tais características, resultantes do impulso industrial burguês e autônomo, sob regime liberal ou autoritário, ofereceram os marcos de expansão e orientação do sindicalismo nos países de antiga industrialização e permaneceram como o pano de fundo teórico para a análise subsequente das orientações da classe operária, análise que era estendida, muitas vezes, para o proletariado dos países subdesenvolvidos (RODRIGUES, 2009, p.1-2).

No Brasil o processo democrático de desenvolvimento e objetificação do capitalismo se originou e permanece desde os primórdios contra o povo, sem a participação popular e reprimindo o movimento de luta dos operários. No Brasil, a classe burguesa e o projeto de desenvolvimento nacional, agem de acordo com os interesses dos monopólios e dos capitais internacionais.

Os primeiros movimentos e organizações grevistas no Brasil, começam ainda durante a vigência e pós período da escravidão no Brasil<sup>1</sup>, essas organizações coletivas visavam no

---

<sup>1</sup> “Mas, no Brasil de quase quatro séculos de escravidão, construir uma identidade de classe para os trabalhadores esbarrava na imagem negativa do trabalho”. Até o século 19, a regra era: trabalhava quem era escravo ou os livres que não possuíam escravos. Nossas classes dominantes não tinham como se apoiar numa tradição cultural

início interesses em comum dos ex escravos, diante da exclusão dos negros no acesso ao trabalho após a abolição da escravatura. Podemos perceber que desde o fim da era colonial e no fim dos mais de trezentos anos de escravidão no país, os interesses coletivos de classe no Brasil iniciaram-se com os ex escravos e também pessoas livres que não tinham acesso e condições dignas de trabalho. Como bem relata MATTOS (2009) - em seu livro sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil- nessa época como nos dias atuais, a repressão e a violência do Estado eram o ponto característico para deslegitimar e desqualificar as organizações, criando-se naquela época a “lei de repressão à ociosidade” que visava “combater a vadiagem, a mendicidade e a ociosidade” nas ruas. A “lei de repressão à ociosidade” tinha o objetivo de passar a responsabilidade da falta de trabalho, educação e formação aos ex escravos que não encontravam oportunidades de trabalho e direitos de cidadãos livres após o período da abolição.

Nesse conjunto de ações e reações entre os conflitos que eram gerados pelo grande número de pessoas sem trabalho naquela época, os ex escravos se viam sem moradia, sem educação e jogados para fora do ambiente da sociedade, diante da opressão e do aval do Estado. É nesse contexto de organização e coletividade que se iniciaram os primeiros movimentos e a consciência de classe após a escravidão e a saída do Brasil da era colonial. Segundo MATTOS (2009) “Ao fim desse processo, a expressão de uma consciência de classe autônoma, embora limitada como sempre pelo complexo da luta de classes de sua época, se apresentaria de forma mais clara”.

É de extrema relevância considerarmos que a evolução das organizações sindicais e da consciência de classe dos trabalhadores no Brasil teve seu início/ou despertar mais incisivo com as associações mútuas<sup>2</sup>. Neste período o Brasil era praticamente todo rural, as indústrias eram poucas, o país vivia por meio agrícola e de economia rural.

Após os anos da introdução das máquinas e da vinda das fábricas para o país, o número de pessoas que advinham da zona rural para os grandes centros das cidades aumentou consideravelmente gerando mais misérias nos grandes centros urbanos. As péssimas

---

ou religiosa de valorização do trabalho e, por isso, não confiaram apenas na mensagem ideológica que rezava: “o trabalho dignifica o homem”, “o trabalho é o caminho para a ascensão social”. (MATTOS, Marcelo Badaró, 2008, pág. 34).

<sup>2</sup> “Muitas associações mútuas de caráter profissional passaram a assumir gradualmente feições sindicais, ao defenderem interesses de seus associados frente aos patrões e ao Estado. Em São Paulo, sete associações de auxílio mútuo foram criadas entre 1888 e 1900; esse número subiu para 41 novas associações entre 1901 e 1914 e para 53 entre 1917 e 1927” (Luca, T. *O sonho futuro assegurado*, p. 20). (MATTOS, M. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, 2008, P.47).

condições de trabalho e as cargas exaustivas, com longos períodos de trabalho, ambiente insalubre, e baixos salários ocasionavam uma maior adesão dos trabalhadores a participar dessas associações.

Das associações mutuais para os sindicatos o caminho não era necessariamente direto, pois suas finalidades eram bastante diferentes. Na virada do século, um número cada vez maior de ligas, associações de resistência e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte das mutuais permaneceu em pé. A diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo. (MATTOS, 2011, p. 47).

As mutuais desta época tinham um caráter restrito, não contemplando toda a categoria de trabalhadores. Inicialmente destinavam-se apenas para os trabalhadores de empresas ferroviárias, contudo foram se expandindo para outros segmentos pelo país, como aos trabalhadores de empresas portuárias, serviços telegráficos, água, transporte aéreo, energia, mineração entre outras categorias. Como podemos perceber, essas associações iniciaram-se com o movimento e organização dos trabalhadores, no entanto, pode-se considerar que tinham uma natureza mutualista e individualista entre tais categorias. Quem as organizavam e as mantinham eram apenas os trabalhadores de tais setores e fábricas sendo estas, restritas a algumas categorias específicas. Nesse cenário de constantes buscas por melhorias de direitos dos trabalhadores, foi que a consciência de classe dos primeiros operários e as primeiras organizações sindicais surgiram e ganharam maior densidade.

Arbia (2010, p.20) compreende a questão sindical dentro de uma estrutura na qual se avaliam a composição e a formação da entidade. Seu argumento é forte nesse quesito:

[...]se é verdade que os sindicatos são compostos de aglomerados de homens, em luta por determinados fins, também o é que há algo comum entre estes homens. Suas *individualidades*, por alguma razão, encontram-se conectadas. Motivos há que os levem a empreender uma luta comum, com estratégias comuns, onde a ação de cada um é balizada pela ação do outro. O agir coletivo é impulsionado pela sensação de pertencimento, de identificação, de reconhecimento mútuo. Este *élan* principal que coloca determinado grupo de homens numa dada situação social, com potencialidade para uni-los em torno de uma luta comum é, sem dúvida, a classe a que pertencem.

Frederico (2009, p. 2), acompanhando o registro de Rodrigues (2009) aponta as classes sociais como “componente estrutural da sociedade capitalista”, “sujeitos coletivos que têm suas formas de consciência e de atuação determinadas pela dinâmica social”. A atuação e a consciência da atuação são os princípios básicos de qualquer entidade sindicalizada, mas é imprescindível que haja a mediação da sociedade como um todo, o que não descarta outras variáveis que vão muito além de algumas das principais funções conhecidas do sindicalismo.

Frederico (2009) compara e contrapõe o conceito/entendimento marxista com o advindo da sociologia empírica/vulgar; a saber, para este último campo analítico, as “classes sociais são apenas camadas e segmentos da sociedade”; e aponta um grande limite dessa definição: não aproxima solidamente pessoas e grupos sociais, uma vez que, naturalmente, cada indivíduo ou grupo de indivíduos possui “reivindicações muitas vezes opostas”. Enfatiza-se que as classes operárias, na grande maioria das vezes, pautam suas lutas via reivindicações comuns e coletivas.

Arbia (2010) cita as particularidades e as dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta para se organizar e se reconhecer como classe que produz a riqueza de toda a nossa sociedade, e nesse conflito de pertencimento e reconhecimento de classes, o autor afirma que:

a heterogeneidade da vida social tem servido no mais das vezes para justificar a diluição das classes, especialmente em algumas análises focadas nas esferas da circulação e distribuição e no discurso da cidadania. Diante da crescente complexificação do ser social e da formação de inúmeros grupos, com suas mais diversas reivindicações, sobretudo impulsionadas pelo aprofundamento da individualidade de tipo estranhada, o dualismo de classes teria perdido seu valor e a realidade social se mostrado bem mais complexa e heterogênea que a ultrapassada categorização marxista (ARBIA, 2010, p. 21).

Uma das reivindicações históricas dos sindicatos combativos é a busca da autonomia e da liberdade de luta e organização da classe trabalhadora. Enquanto que ao Estado, o atrelamento ao imposto sindical e a hierarquização são maneiras de controle destas instâncias/sindicatos, (ANTUNES 2011). Nesse contexto conflituoso, podem-se evidenciar as décadas de 1970 e de 1980 como anos de grande avanço na luta e na organização da classe trabalhadora no país.

Se as classes dominantes costumam dizer que a década de 1980 foi, para elas, ‘ uma década perdida’, pode-se dizer que o mesmo não ocorreu para a classe trabalhadora, cujos níveis de avanço, de conscientização e de organização foram muito significativos (ANTUNES, 2011, p. 139).

Arbia (2010) aponta que os primeiros movimentos operários liderados por sindicatos foram as greves, antes fundamentados em “recusas coletivas” a ações do empregador e hoje mais organizadas com direito a pautas de reivindicações diversas. Um dos objetivos mais concretos dos sindicatos é a “formação de uma consciência de classe” (ARBIA, 2010, p. 45).

Frederico (2009) acentua que, para a teoria marxista, o capitalismo divide, normalmente, os grupos sociais em dois grupos distintos entre si, a saber, os proprietários dos meios de produção e os operários que nela trabalham, colocando-os em lados opostos. Por outro lado, revela que “o lugar ocupado na produção abre horizontes distintos para a ação

coletiva”, admitindo que a proposição antagônica de Marx é relevante e explícita a realidade porque haverá sempre confronto entre classes no capitalismo. (FREDERICO, 2009, p. 12).

### **1.1 - O Modo de Produção Capitalista no Brasil: Aproximações à Realidade de Capitalismo Dependente**

O processo de industrialização no Brasil se deu de forma tardia no início do século XX, “quando ainda predominava a economia agrário-exportadora vinculada à produção do café”. Os avanços só foram percebíveis no Governo de Getúlio Vargas onde o Estado se empenhou em fazer crescer a industrialização no país. Desde o início a produção já se dedicava à exportação, mas também à produção de bens de consumo duráveis. Com o passar dos anos, “por meio desse caráter bifronte, o capitalismo brasileiro chegou a ser a oitava economia do mundo, apesar de manter sempre sua estrutura dependente e subordinada ao imperialismo” (ANTUNES, 2011, p. 136).

O desenvolvimento brasileiro é marcado por diversos períodos de dominação estrangeira, desde a era colonial até os dias atuais com o domínio do capital financeiro internacional<sup>3</sup>; o Brasil de tempos em tempos dá um avanço ao que se refere ao desenvolvimento, porém, esse desenvolvimento é ‘excludente’ e não traz melhorias e ‘reformas de base’ no país como nas áreas de educação, reforma agrária e política. Os traços de dominação e conservadorismo estão presentes e se remoldam na conjuntura política e social do país ao longo dos anos.

O capitalismo no Brasil se deu dentro do modelo da “via prussiana”, onde uma das características mais fortes são devido às decisões tomadas virem do alto para baixo, ou seja,

---

<sup>3</sup> “Se tem uma definição para o fundo público no Brasil, particularmente para o orçamento público, ela pode ser feita em uma única frase: o orçamento é financiado pelos pobres via impostos sobre o salário e por meio de tributos indiretos, sendo apropriado pelos mais ricos, via transferência de recursos para o mercado financeiro e acumulação de capital.

Um das marcas da elevada concentração de renda e das desigualdades sociais no Brasil é o caráter regressivo da carga tributária. O sistema tributário brasileiro tem sido um instrumento a favor da concentração de renda, agravando o ônus fiscal dos mais pobres e aliviando o das classes mais ricas.” (SALVADOR, Evilásio (orgs). Financeirização, fundo público e política social, São Paulo: Cortez, 2012. Pág 7).

“...No período 200 a 2009, o fundo público transferiu o equivalente a 45% do PIB produzido em 2009 para o capital financeiro. De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (2010), com esses recursos seria possível custear o Programa Bolsa Família durante 108 anos (mantido fixo o valor do benefício do programa de 2009). Ou, ainda, seria possível o governo federal custear a educação durante 40 anos, se mantido o mesmo valor gasto em 2009.(SALVADOR, Evilásio (orgs). Financeirização, fundo público e política social, São Paulo: Cortez, 2012. Pág 5).



das elites para a classe trabalhadora; algo que em toda a história do país se remeteu desde a independência, a abolição tardia da escravatura e no tempo presente isso se mantém. Traço muito marcante no que se trata da relação de desvalorização do trabalho manual no país, do racismo, e da industrialização tardia (FREDERICO, 2009).

Mesmo com a abolição da escravatura os negros não foram alocados nos mercados de trabalho, sendo condenados à marginalidade. Para substituir e suprir a carência de mão de obra, trouxeram, com falsas promessas, imigrantes europeus, os quais trouxeram para o Brasil as ideias de organização, de luta e os ideais comunistas oriundos do continente europeu.

Os primeiros jornais dos trabalhadores, escritos em italiano e espanhol testemunham o isolamento dessa classe social em formação. O desenvolvimento da indústria e o impacto causado pela revolução russa de 1917 propiciaram a entrada em cena dos comunistas. Uma peculiaridade sempre assinalada pelos historiadores é que o comunismo, no Brasil, não foi resultado de uma cisão da social-democracia, como na Europa, mas de um desdobramento do anarquismo (FREDERICO, 2009, p. 3).

O Estado brasileiro se desenvolveu defendendo os interesses das burguesias locais, administrando somente para o grande capital. A população trabalhadora vindo da zona rural para as grandes cidades via-se diante das inúmeras misérias e do surgimento/agravamento do “pauperismo” nos centros urbanos.

O processo de desenvolvimento brasileiro foi um processo dominado pela burguesia. A burguesia brasileira se desenvolveu pela apropriação latifundiária de grandes espaços de terras. Esses proprietários detiveram as forças produtivas no país dominando todas as esferas do Estado, -fato este- impossibilitou um crescimento igualitário social no Brasil. A classe que domina na atualidade é a mesma classe que detinha o poder no início dos anos 1930/1940, -a elite civil e militar- no início do desenvolvimento industrial no Brasil.

Importa referenciar que neste período (1930/1940) as greves eram vistas como caso de polícia, o Estado não tinha controle sobre as relações de trabalho, as quais eram feitas pelas empresas de modo privado, assim como também não tinha sobre a economia que veio a sofrer com a crise de 1929. O Estado só passa a intervir no fim dos anos 1930 e de 1940, onde entra em vigor a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)<sup>4</sup>, passando a reconhecer as diferenças na

---

<sup>4</sup> “O último ponto de continuidade tem relação mais direta com os trabalhadores e seus sindicatos. Trata-se da política social, identificada por um conjunto de leis, conhecidas como “leis trabalhistas”. Cabe observar que a legislação social é composta na realidade por quatro núcleos básicos de leis: a) a legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as caixas de aposentadoria e pensões, mais tarde chamadas de institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termo de seguridade social- aposentadorias, pensões, indenizações, e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições salariais etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), a estrutura vertical

relação entre venda e compra de força de trabalho e passa a tratar o contexto laboral via caráter legal/normativo. Agora as relações deixam de ser de caráter de polícia e passam a ser de política, entra no “campo da batalha das classes antagônicas e não na esfera privada dos litígios individuais” (FREDERICO, 2009, p. 4-5).

Considera-se então que, após os anos de 1930 o cenário muda devido a intervenção do Estado nas relações de trabalho, passando a intervir mais na economia e lançando o plano de desenvolvimento para o Brasil. Nessa fase os sindicatos já abarcam um número maior de trabalhadores, há maiores mobilizações sindicais o que desencadeava um número maior de greves e comissões de fábrica. Ainda, nesse período, o Estado passa a investir politicamente nos sindicatos atuantes das grandes cidades a partir do discurso de fortalecimento e valorização do trabalhador, o que nos anos seguintes, com o período ditatorial altera-se. Passando os sindicatos a serem duramente reprimidos e enfraquecidos pelo regime militar<sup>5</sup>.

Durante o período ditatorial o regime fez de tudo para enfraquecer os sindicatos, e desarticular os movimentos. É este contexto de repressão que consolida se como a base para o chamado ‘novo sindicalismo’ que surge contra a imposição e controle do Estado, e configura-se como uma fase de muitas greves e resistência dos trabalhadores no Brasil.

Quando se olha para o passado do ‘novo sindicalismo’, vem a lembrança das grandes greves operárias e o sentimento, por todos compartilhados, de que o movimento operário vivia o seu momento de redenção. Passados mais de 20 anos, pode-se dizer, sem demérito do heroísmo daqueles militares, que as greves não anunciavam a nova era, mas, ao contrário, fechavam um ciclo histórico. Elas foram o último suspiro do sindicalismo da era fordista (FREDERICO, 2009, p. 7).

Durante todo este período de mudanças a ditadura militar no Brasil trouxe consequências para a classe trabalhadora e para as organizações sindicais que viam no

---

por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíram a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista.” (BADARÓ, M. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, 2008 P.63).

<sup>5</sup> “[...] A onda repressiva que se seguiu ao fechamento do PCB atingiu, em maio de 1947, a CTB e as uniões sindicais estaduais, que foram fechadas pelo governo Dutra. Na clandestinidade, a Confederação ainda lançou manifestos e propostas por alguns anos, mas a sua representatividade já não era tão significativa. Além disso o governo promoveu intervenções em mais de 400 entidades, inaugurando nova fase de repressão aberta ao sindicalismo mais combativo. A repressão foi acentuada nessa fase mais autoritária do governo Dutra, em consonância com o clima internacional de bipolarização da guerra fria e com as perspectivas de controle sobre sindicatos do empresariado brasileiro que, embora afinado com o discurso liberal de abertura econômica e menor interferência estatal, manteve-se firme na defesa da estrutura sindical oficial, conservada intacta pela Constituição de 1946. Mas repressão policial não foi exclusividade dessa fase.” (MATTOS, M. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, 2008, p. 81,82).

governo populista de João Goulart uma perspectiva de reformas trabalhistas e de reforma de base antes não vistas nos governos do país.

O governo militar massacrou os movimentos populares, as greves, e ideais ‘social-comunistas’ durante o regime ditatorial no país. Este contexto culminou com o assassinato de líderes de partidos políticos de esquerda e impôs uma conduta de restrições para a população nacional. Apoiada pelo governo norte-americano a ditadura militar e a autocracia burguesa massacraram os direitos da classe trabalhadora. Junto com os EUA implantaram o desenvolvimentismo que já vinha desde a época de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek trazendo para o país a industrialização o endividamento via empréstimos oriundos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Importante referenciar que a classe trabalhadora, no final dos anos 1970 se transforma na ‘base social do novo movimento operário’ (ANTUNES, 2011, p. 137), que vinha com muita força. Um dos exemplos usados pelo autor é o conhecido movimento sindical do ABC paulista, principalmente pelo seu líder, que no período da ditadura teve um papel importante na luta, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (ANTUNES, 2011).

Foi um período intenso de lutas e reivindicações onde os sindicatos e movimentos foram de um papel muito forte e importante:

Ressurgiu uma onda significativa de greve, que se caracterizou pela existência de greves gerais por categoria (como a dos bancários, em 1985), greves com ocupação de fábricas (como a da General Motors, em São José dos Campos, em 1985, e a da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1989), incontáveis greves por empresas, até a eclosão das greves gerais nacionais, como a de março de 1989, que atingiu cerca de 35 milhões de trabalhadores, constituindo-se na mais ampla e abrangente greve geral do país (ANTUNES, 2011, p. 137).

Arbia (2010) registra que o movimento sindical ganhou evidência a partir da segunda metade da década de 1970, se tornando muito forte na década de 1980, com o surgimento e êxito de centrais sindicais, que souberam canalizar as reivindicações dos operários e mediar negociações entre classe operária e empregadores.

Após a fase ditatorial (de 1964 até 1985) as ideias defendidas e propagadas pelos apologetas do capital e do neoliberalismo ganham cada vez mais espaço no país e, dentre estas ideias fortemente difundidas, as ideias das privatizações começam a se efetivar/ocorrer com o apoio do Estado brasileiro via seus governos alinhados a esta perspectiva ideológica e econômica.

Na década de 1990 empresas estatais de telecomunicações, siderúrgicas e mineração foram vendidas e privatizadas para empresas multinacionais estrangeiras. A ideia difundida pelo governo e veículos de comunicação era que o Estado não daria mais conta de administrar as grandes empresas estatais e que para esses serviços serem mais eficazes o melhor seria a privatização das mesmas.

Esse momento de privatizações traz consigo diversas problemáticas/consequências danosas à estrutura do país, principalmente sobre a classe trabalhadora e sua organização sindical.

## **1.2 - A Trajetória do Sindicalismo no Brasil: Aspectos da sua história**

O processo de reestruturação produtiva de caráter neoliberal se configura como um momento de ofensiva à classe trabalhadora, principalmente no que diz respeito à organização de luta, no novo formato do sindicalismo e empresa interferem nas relações sindicais, diante das constantes transformações iminentes no mundo do trabalho.

Conforme Arbia (2014) “colocada numa dada situação em que um vasto grupo de homens e/ ou famílias se insere em um determinado lugar da produção e partilham um mesmo *modus vivendi*, temos que este grupo forma uma classe” (ARBIA, 2014, p. 468).

Os desenvolvimentos das classes são dados pelo processo em que se inserem, assim como para que seus interesses de maneira mútua alcancem determinações mais densas;

Isso exige a formação de uma consciência de novo tipo: o estabelecimento de uma compreensão ulterior, que clarifique as determinações mais gerais e profundas do metabolismo social e as mediações que totalizam e singularizam a vida social em seus níveis genérico e individual (ARBIA, 2014, p. 470).

Na busca pela ‘consciência do proletariado’ se faz necessário romper com o senso comum e a individualidade, e ir em busca de algo maior, que se encontra na essência. Nisso encontramos no sindicalismo um papel importante “o sindicalismo coloca-se como mediação indispensável na constituição em-si para-si do proletariado” (ARBIA, 2014, p. 471).

As bases fundamentais da discussão sobre as classes e lutas de classes do século XIX são compatíveis com a dos dias atuais. As bases dos movimentos sociais e da ‘coletividade’ que permitem a nós entendermos sobre o surgimento das classes no Brasil ganham novos contornos, mas a determinação fundamental é o conflito Capital X Trabalho.

O dia a dia, demanda do ser respostas urgentes às demandas imediatas, o cotidiano cobra diversas ‘objetivações sociais’ (ARBIA, 2014, p. 472). Sendo assim, essa correria diária sucumbida à lógica da exploração não nos permite analisar com atenção e de forma crítica as situações cotidianas. Com isso a singularidade é a maneira mais experimentada no dia a dia;

A dimensão humano-genérica plasma o conjunto das objetivações humanas, acumuladas historicamente. O alcance da dimensão humano-genérica possibilita a experimentação autêntica humanização e o estabelecimento de outro tipo de consciência, enriquecido pelo desenvolvimento categorial do ser social (ARBIA, 2014, p. 472-473).

Entretanto como um ponto médio ao longo do que se apresenta no imediatismo e a historicidade o autor pontua que a particularidade se coloca como um mediador, entre estes pontos, onde “ocorre a suspensão da heterogeneidade da vida cotidiana, no momento em que o indivíduo empenha-se como inteiramente homem, num projeto transcendente à sua singularidade, numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica” (ARBIA, 2014, p. 473).

Quando pensamos em movimentos sociais, em movimento sindicalista, nas greves e manifestações que ocorrem e ocorreram ao longo dos tempos estes são os momentos em que os seres demonstram essa ‘consciência de classe’.

Os indivíduos por reconhecerem-se como membros e pertencentes de uma determinada classe passam a manifestar-se e a exigir benefícios, melhorias e interesses da classe a que se reconhecem/pertencem.

Visto isso, podemos caminhar para a compreensão das mediações necessárias dentro do sindicalismo para a construção coletiva de uma consciência de classe, compreendendo que a ação coletiva tem um papel importante em todo o processo. O mesmo permite em suas particularidades, perpassadas pela singularidade do cotidiano da vida do trabalhador, até uma consciência de classe mais elevada, onde a compreensão da necessidade da luta esteja presente. (ARBIA, 2014).

Por esta razão, no interior do movimento sindical, encontramos desde as concepções mais atrasadas e reacionárias, passando pelo economicismo puro e simples, até as concepções mais progressistas (revolucionárias). Uma vez que condensa os trabalhadores em grande número, os sindicatos guardam em si desde as preocupações economistas e corporativistas à ampla compreensão da extensão da luta de classes por todo o tecido social. (ARBIA, 2014, p. 474-475).

Diante do exposto o autor também direciona suas conclusões para o sindicalismo como particularidade e práxis política. A importância da luta sindical se faz presente no cotidiano, sendo um elemento importante ao tratarmos das práxis política, tendo em vista que

por meio dos sindicatos a classe passa a se organizar e a ter uma ação coletiva, o que pode ajudar na construção da consciência de classe; já os partidos se apresentam como “à efetivação da prévia idealização” (ARBIA, 2014, p. 476), tendo como papel de difundir as ideias entre os setores da classe operária (ARBIA, 2014).

Cabe aos sindicatos um dos papéis mais importantes, uma mediação que se estabelece entre o singular e o universal - o pedagógico – dos operários, educando para a luta e a conscientização da força da ação coletiva. O poder pedagógico é de suma importância no trabalho dos sindicatos no qual sem ele seria comprometido seu trabalho revolucionário (ARBIA, 2014). Contudo, observemos as colocações do autor sobre o papel do sindicalismo;

Temos, em resumo, que o sindicalismo pode não garantir, por si mesmo, o correto acabamento no processo da consciência de classe, mas que sua posição ontológica lhe coloca a condição de fazê-lo. O determinante acerca da efetividade de sua contribuição no processo da consciência de classe recai exatamente sobre os fatores sócio-históricos concretos. O sindicalismo estabelece-se como uma mediação particular, ou seja, seu ser encontra sua essência, quando possibilita, pela objetivação de suas práticas, a conexão entre os limites da vida singular e a extravasamento destes limites na totalidade do ser social. (ARBIA, 2014, p. 478).

No ano de 1968, a fase mais violenta do período da repressão no Brasil, a exploração da força de trabalho e as medidas impostas a partir do novo plano econômico, o arrocho salarial e o decreto do Ato Institucional (AI-5)<sup>6</sup> no país fez com que gerasse uma nova onda de manifestações no Brasil, Os trabalhadores não tinham melhorias com o dito ‘milagre econômico’ no país.

Os anos de reestruturação dos sindicatos no país após o período da repressão militar foram tomados de intensas greves. Esse período foi denominado como o período do ‘novo sindicalismo’. Desencadeou, segundo MATTOS (2009) o surgimento de novas centrais sindicais com um maior número de adesão de trabalhadores. A visão de ‘mundo do trabalho’ no país se transformou com a vinda da nova tecnologia, industrialização, mais exigências e exploração no perfil do trabalhador.

O sindicato dos Metalúrgicos destacou-se por dar início à onda grevista, servindo de referencial de combatividade por muitos anos. Porém não foi um caso isolado. Em 1978, ocorreram mais de cem greves no país; e no ano seguinte já haviam mais que duplicado em número. Foram movimentos que pararam metalúrgicos, motoristas e

---

<sup>6</sup> “Em fins de 1968, a ditadura passaria por um processo de fechamento ainda maior, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechou temporariamente o Congresso Nacional, cassou mandatos, instituiu a censura prévia à imprensa e cassou direitos civis. Com o AI-5 e o endurecimento do regime militar nos anos seguintes, os governos ditatoriais passaram a dispensar aos sindicatos não só rigor da repressão, mas também uma preocupação com a moldagem de um novo modelo de atuação sindical.” (BADARÓ, M. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, 2008 p. 108).

cobreadores, médicos, professores, garis, operários da construção civil, canavieiros, entre muitas outras categorias profissionais, atingindo um contingente de cerca de 3 milhões de trabalhadores. (MATTOS, 2009, p. 120).

Nesse período de intensos movimentos grevistas no país e de abertura de novas centrais sindicais temos em 1983 o nascimento da CUT (Central única dos Trabalhadores), a qual foi um símbolo do ‘novo sindicalismo’, tendo um papel importante no que se tratava do alargamento da compreensão dos trabalhadores brasileiros na necessidade da luta, sendo nos anos de 1980 um símbolo de resistência. (ARBIA, 2014).

A CUT coloca-se então como uma ruptura. Uma ruptura construída pela classe trabalhadora e só por ela. A CUT recusa qualquer tipo de conciliação de classes e rejeita alianças com setores burgueses, pois acredita em sua própria potencialidade (ARBIA, 2014, p. 248).

Em 1988 há a realização do III CONCUR (Congresso Nacional da CUT), que foi realizado em Belo Horizonte, foram cerca de quase 7 mil delegados, sendo este evento considerado um divisor de águas, pois foram aprovadas as práticas sindicais. Já em 1991 foi realizada a IV CONCUR no mês de setembro, “momento decisivo de reorientação oficial das práticas rumo ao chamado sindicalismo cidadão, propositivo ou ocupacionista” (ARBIA, 2014, p. 480).

No fervor das grandes mobilizações pelo país a CUT representava e agrupava um grande número de sindicatos. Passados alguns anos, mais especificamente nos governos Lula da Silva (2002-2010), esta central sindical vivencia um momento de ruptura de muitos destes sindicatos e setores que reivindicavam um caráter mais combativo e progressista da central sindical. Tal ruptura deu-se fortemente por estes não compactuar com o apaziguamento das lutas e com o caráter que a CUT vinha assumindo. Um dos coletivos que se desligou/desvinculou-se da CUT desencadeou o surgimento da Central Sindical e Popular/Conlutas (CSP- CONLUTAS) em 2004. De acordo com o site eletrônico da central sindical “A CONLUTAS surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade” fundada pelo Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em 2010. A CSP- Conlutas<sup>7</sup> tem

---

<sup>7</sup> “A CSP-Conlutas pauta a sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão. Nossa luta tem a perspectiva de alcançar as condições e construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras. Da nova entidade fazem parte a Anel (Assembleia Nacional de Estudantes Livre), o Movimento Mulheres em Luta, o Movimento Quilombo Raça e Classe, dentre outros”. (<http://cspconlutas.org.br/>).

interesses na defesa da classe trabalhadora, juventude, e posiciona-se contra a exploração do sistema capitalista.

Assim como o CONCLAT e a CSP- Conlutas se desvencilharam da CUT em 2004, após a reforma da previdência, outras tendências sindicais também não compactuando com os rumos e pautas neoliberalistas que a CUT e seus representantes vinham tomando na época, com por exemplo o apoio às privatizações e à venda das riquezas do Brasil para o capital internacional, tomaram rumos diferentes para a defesa e manutenção da classe trabalhadora pelo país.

[...] a manutenção da unicidade sindical, do monopólio da representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho indicou que o programa do novo sindicalismo não se concretizou completamente na legislação, pois a estrutura oficial, com a herança corporativista, continuou pesando. Por outro lado, também internamente ao sindicalismo da CUT e no plano mais geral das mobilizações da classe trabalhadora, os anos seguintes marcariam uma grande mudança. (MATTOS, 2009, p. 125).

A partir dos anos de 1990 há um notável retrocesso no processo de consciência de classe ligado à uma desvinculação aos sindicatos, isto se materializa e juntamente a partir da onda neoliberal que adentrava o Brasil muito fortemente e que permanece até os dias atuais trazendo inúmeros desafios à organização da classe trabalhadora.

Com o crepúsculo dos anos de 1980, esgota-se a fecundidade típica do solo que fez brotar e germinar o ‘novo sindicalismo’ no Brasil. Daí o que presenciamos é o seu definhamento agonizante, que atravessará toda a década de 1990 e culminará na sua plena exaustão no início deste século (ARBIA, 2014, p. 486).

Cenário bem distinto do ano de 1978 onde as greves em massa explodiam no país. Sobre esse período vale destacar algumas particularidades que fomentaram essas reivindicações, que pareciam de viés econômico. A busca por avanço industrial, leva à produção de bens de consumo duráveis e à exportação, contudo para o primeiro ponto era necessário importar os insumos e para isso o país acabou entrando em uma onda de endividamento.

Nesse sentido, é possível afirmar que as greves tiveram um papel muito mais importante que a motivação inicial, contribuindo na construção da redemocratização do Brasil. Sendo assim:

As greves que iniciam em 1978 (e se alastram pela década de 1980) representam um verdadeiro “fogo cerrado” contra o arrocho através da auto-organização autônoma dos trabalhadores. E, embora tenham se iniciado por motivações eminentemente econômicas, terminaram por atacar o coração da base de sustentação do regime, abrindo caminho para a construção da democracia no Brasil (ARBIA, 2014, p. 483).



Por fim, para compreender as construções positivas e os pontos negativos da história da CUT é necessário um aprofundamento na história do país, das suas relações e mediações, tanto do ponto de vista de subordinação econômica, mas também de maneira mais abrangente levando em conta toda a historicidade, não apenas pontos isolados (ARBIA, 2014).

Tendo a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores – CGT nos anos 1980 e 1990– entre outras centrais sindicais no Brasil como a UGT, CTB, UCST, CST- como padrões que emitem pautas de luta e reivindicações políticas, sociais e econômicas, os sindicatos, hoje distribuídos em vários campos laborais, perdem em parte sua ‘mola-mestra’, a de mediar entre empresa e empregado soluções para conflitos surgidos individualmente ou coletivamente, incluindo questões externas à empresa.

### **1.3 - Dilemas e Desafios da Luta dos Trabalhadores Via Organização Sindical no Brasil Contemporâneo**

As mudanças no mundo do trabalho advindas da reestruturação produtiva entre os anos de 1970 a 1980 nos países de capitalismo central (EUA, Alemanha, e Inglaterra), também trouxeram mudanças para o cenário econômico latino americano e brasileiro. Com o avanço do neoliberalismo pelos países de capitalismo central e a concentração dos grandes monopólios pelo mundo, nos países do sul do hemisfério a forma de efetivação e inserção a este contexto econômico hegemônico no globo se dá a partir da superexploração dos trabalhadores e da venda do capital e das riquezas nacionais, movimentos estes de ofensiva do capital que se acirraram nos anos que se seguiram, perpetuando o nível de miséria e desigualdade nesses países.

Enquanto isso no Brasil, o número de sindicatos crescia e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surge, mesmo com as restrições do período ditatorial. Porém quando a reestruturação produtiva se efetiva no país causando um número muito grande de demissões “a tática de confronto cedeu lugar ao sindicalismo de negociação-tarefa facilitada chamada ‘crise de utopias’ ou crise de ação direta, e pela cristalização de uma pesada burocratização sindical que manipulava cifras milionárias” (FREDERICO, 2009, p. 7).

O sindicalismo se transformou entrando nos moldes da nova ordem, foram diversas e amplas mudanças que levam a essa conclusão. Ao tratar das especialidades do Brasil podemos apontar as questões relativas às relações de trabalho, principalmente ligadas à modernização

advinda da chamada globalização e da burocratização em torno dos sindicatos - juntamente com a corrupção dos mesmos, que por dinheiro e poder se desvincularam da luta e dos interesses da coletividade dos trabalhadores brasileiros, caráter permanente de dependência ao capital internacional, o aumento da taxa de desemprego, a precarização dos postos de trabalho, o aumento da competição devido a reestruturação produtiva (FREDERICO, 2009).

Contudo, como aponta o autor citado acima, a crise não é do trabalho, mas do processo de trabalho “A crise não é do trabalho, como parece à primeira vista, e sim do emprego - Um processo produtivo organizado sobre a égide da exploração- aquela relação jurídica garantida pela mediação estatal” (FREDERICO, 2009, p. 10).

O autor prossegue afirmando que nesse novo quadro, no contexto da luta de classes, a disputa está sobre o fundo público, que historicamente vem sendo usado para interesses do capital. “O controle do fundo público, portanto, tornou-se uma esfera explosiva a separar interesses contraditórios.” (FREDERICO, 2009, p. 11). De um lado, a nossa burguesia, acostumada a usar o Estado em benefício de seus interesses fala na necessidade de desenvolvimento ‘de olho no fundo público’; de outro lado, tem-se os interesses da massa de assalariados, que em um contexto mais imediato coincide com os da burguesia, sobre a “necessidade de desenvolvimento, mas exigem a combinação do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e - mesmo tendo consciência de seus limites- a criação de empregos.” (FREDERICO, 2009 p. 11-12).

A entrada dos anos 1990 trouxe uma onda contrária a tudo o que a década anterior havia possibilitado construir no que se refere às lutas da classe trabalhadora. As ideias neoliberais adentram o Brasil juntamente com as normativas estabelecidas pelo Consenso de Washington e tem início o mandato do governo de Fernando Collor de Mello que tomou posse em 1990, mas em 1992 foi deposto (ANTUNES, 2011).

O governo neoliberal de Fernando Collor de Mello em 1989 gerou restrições na economia do país, congelando salários, privatizando estatais, com a agenda neoliberal vinda/ditada fortemente pelos países imperialistas, dentre eles os EUA. Após denúncias de corrupção e com o apoio de manifestações de estudantes e trabalhadores ocorreu em 1992 o *impeachment* do então presidente Collor de Mello.

Dando sequência à política neoliberal, assume o governo/ a gerência do Estado brasileiro, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Este governo teve duração de oito anos. Tais premissas neoliberais operacionalizadas por estes governos levam a mudanças nas

relações de trabalho, na operacionalização das políticas sociais, na divisão social e técnica do trabalho; “foi possível perceber algumas mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo financeiro, produtivo e de serviços” (ANTUNES, 2011, p. 139).

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso as expectativas neoliberais da “classe dominante” foram impostas pelo conjunto de mudanças e políticas que visavam o crescimento econômico e industrial da América latina e do Brasil. Esse conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores foi propagado por toda a América latina, agravando o histórico de dependência internacional e o endividamento dos países latinos com os juros altíssimos aos bancos internacionais, elevando esses juros a níveis exorbitantes até os dias atuais.

Essas mudanças vindas de cima como uma cartilha de regras a serem cumpridas, muito fortemente ditada pelo Consenso de Washington, e aceitas pelo Brasil, apenas fortalecem os vínculos de subordinação do país às regras do capital central, o que aparenta ser um “passo a passo” para o avanço e a evolução econômica e social, nada mais é do que uma amarra aos interesses do capital internacional, assim como nos aponta Antunes (2011, p. 140):

Para que se tenha ideia do significado da reestruturação produtiva do capital e da política privatizante, pode-se dizer que, ao longo da década de 1990, cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro transferiu-se do setor produtivo estatal para o capital transnacional, redesenhando e internacionalizando ainda mais o capitalismo no Brasil.

Os processos mencionados e que ocorreram nas últimas décadas no Brasil deixaram seus impactos sobre os movimentos sindicais e a esquerda do país, no mesmo caminhar em que as relações dentro do mundo do trabalho passaram a ser alteradas. Destacamos a superexploração da força de trabalho<sup>8</sup>, a flexibilização e o avanço tecnológico como elementos fortes desse novo ordenamento da forma de produzir, o que acabou acarretando em uma demissão em massa sendo que “em 1999 o Brasil estava em terceiro lugar em volume de desemprego aberto, representando 5,61% do total do desemprego global” (ANTUNES, 2011, p. 142).

---

<sup>8</sup> Superexploração do trabalho (*trab.*) “Os países dependentes têm a necessidade de acessarem moeda estrangeira para defrontarem o déficit estrutural em conta corrente do Balanço de Pagamentos causado pelas remessas de lucro para o exterior, assim como pela **deterioração nos termos de troca**, pagamentos de juros/amortização da dívida pública e serviços tecnológicos, comerciais e financeiros internacionais... As nações desfavorecidas não buscam compensar a **troca desigual** por meio do incremento da produtividade, mas pela intensificação da exploração da força de trabalho, compensando por meio desta a desvantagem na troca internacional.” (Dicionário crítico da mineração, 2018 p. 224).

As propostas de desenvolvimento e abertura dos mercados nacionais e o Plano Real no governo Fernando Henrique Cardoso aumentaram as expectativas neoliberais das “classes dominantes”. Na época, o governo FHC concretizou a privatização de grandes empresas no Brasil, seu governo como os outros seguintes enfraqueceram os movimentos sindicais mudando territorialmente as grandes empresas para estados onde as organizações e os movimentos grevistas eram mais enfraquecidos e as mídias locais não conseguiam cobrir as notícias. Esses fatos diminuíam a adesão sindical, sustentando a insegurança dos trabalhadores. Com todo esse movimento acontecendo no país os sindicatos perdiam força.

Em 2002 Lula foi eleito presidente da república, quando, segundo Antunes (2011, p. 113), “nem o PT, nem o Lula, nem o país eram mais os mesmos. O Brasil estava desertificado, enquanto o PT havia se desvertebrado. E Lula havia se convertido em mais um instrumento da velha conciliação brasileira”, ou seja, Lula é eleito quando o sindicalismo, o Partido dos Trabalhadores e ele mesmo haviam perdido/se afastado de sua essência mais combativa, fazendo alianças, articulações e se tornados artifícios de uso da classe burguesa no sentido de perpetuação da ordem vigente.

No mesmo ano da vitória eleitoral o partido publica uma carta que teria como destinatário o povo brasileiro, mas que passou a ser conhecida pelo seu conteúdo, como “Carta aos banqueiros”, onde as intenções do governo se mostram clara em integrar-se “a chamada fase da mundialização do capital, adaptando-se ao mundo globalizado e aos seus imperativos dominantes” (ANTUNES, 2011, p. 145). Podemos perceber que o governo de Lula se mostra disposto a seguir a mesma proposta deixada pelo governo anterior de FHC, ou seja, se dispõe a seguir a cartilha ditada pelo Fundo Monetário Internacional e pelas regras do Consenso de Washington, bem diferente de seu discurso de outrora quando líder sindical no ABC paulista.

Embora tanto o partido quanto o próprio Lula tenha se dobrado e feito alianças, é importante ressaltar que houve resistência na base do partido em torno das medidas adotadas após assumido o cargo. É válido compreendermos o que a vitória do mesmo significou para a história do país, considerando que “pela primeira vez, na história do Brasil, uma candidatura operária tornou-se vitoriosa, depois de três campanhas presidenciais derrotadas” (ANTUNES, 2011, p. 145).

Seu segundo mandato foi mais significativo, ao perceber que era necessário aumentar seu nível de aceitação com a classe trabalhadora ele começou a fazer mudanças nas políticas

sociais do país. Um exemplo muito conhecido do seu governo é o programa de transferência de renda Bolsa Família, essa política fez dele um governo ainda mais populista, aumentando sua imagem de “pai dos pobres”.

A grande popularidade que o governo Lula encontrou em 2009 decorre, então, do fato de seu programa social ter tido uma amplitude que nunca havia sido atingida pelos governos conservadores oriundos da classe dominantes. E, paralelamente a essa ampliação de sua política social assistencialista e focalizada, o governo Lula garantiu para os grandes capitais financeiros (bancos e fundos de pensão), como também para os capitais produtivos (siderurgia, metais pesados, agroindústria etc.) altos lucros - em verdade, os maiores da história recente do Brasil (ANTUNES, 2011, p. 147).

Por fim, Lula que veio de origem operária e da classe trabalhadora, subiu chegando ao poder e se alinhou aos interesses da elite, usou de estratégias políticas para manter-se pelo segundo mandato através das políticas sociais focalizadas. ‘Acabou que o PT’

Converteu-se em um partido que sonha humanizar o capitalismo, adotando uma política de privatizações dos fundos públicos que atendeu tanto aos interesses do sindicalismo de negócios (interessados nos fundos de pensão) quanto ao sistema financeiro, que efetivamente dominou a política econômica do seu governo. (ANTUNES 2011, p. 147-148).

Após esta breve explanação, para o entendimento mais detalhado sobre as ações sindicais, esse estudo aproxima-se da ação de um sindicato na área da mineração em Minas Gerais, não na questão grevista ou salarial apenas. Será analisado como se dão e o que pactuam os acordos coletivos entre o referido sindicato, a classe dos trabalhadores em questão e a empresa a ele vinculada.

## CAPÍTULO 2

### A MINERAÇÃO NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

O processo de colonização e de industrialização nos países de economia dependentes é datado de longos anos, são seculares. O cenário de exploração das riquezas naturais e da mão de obra barata que acontece e se perpetua nos países da América Latina para fomentar o capital internacional e os monopólios criados nos países considerados de economia central, trazem as desigualdades, contradições e referências originárias da chamada “superexploração da força de trabalho” e, conseqüentemente, de modo mais empírico e cotidiano, a má distribuição de renda nestes países. Em suma, os países dependentes, vivenciam e são conformados com e a partir do saqueamento das riquezas naturais e pela condição da exploração da força de trabalho ser “remunerada abaixo de seu valor”.

O projeto dominante desse desenvolvimento de acordo com Florestan Fernandes (1981) foi de forma “exôgena” acentuando assim o poder da elite nacional e o aprofundamento do conservadorismo, produzindo no país um “pseudo-desenvolvimento” caracterizado de acordo com as suas palavras de desenvolvimento “de fora para dentro” apoiado pelas elites nacionais dominantes que também “queriam o desenvolvimento”, mas, não “abriam mão” de permanecerem em tal condição.

Esse processo de colonização e exploração das riquezas da América Latina e do Brasil são uma das fontes de enriquecimento dos países europeus,

Assim, se nos séculos XVI, XVII E XVIII a América Latina serviu de fonte de enriquecimento aos países europeus por meio da riqueza advinda da extração de metais preciosos, principalmente do ouro brasileiro, no século XIX, [...] (BERTOLLO, 2017, p. 55).

No desenvolvimento dos países capitalistas dependentes, a subordinação aos países de capitalismo central se consolida desde a época do Brasil colônia. Toda a produção e o comércio nos países da América Latina, bem como do Brasil, foram para fornecer matérias primas e insumos para o desenvolvimento do capital internacional nos países de economia central. Estes países atualmente permanecem como os países onde se concentram os mais ricos do mundo e, onde estão as maiores empresas com atuação em diversos setores. Para o autor Ruy Mauro Marini, os países subdesenvolvidos e de economia dependente contribuem para o crescimento econômico dos países de economia central, fornecendo matérias-primas

para o mercado internacional, e posteriormente estes mesmos países subdesenvolvidos compram os produtos finalizados a preços maiores dos países de economia centrais.

As problemáticas que se encontram nos países subimperialistas e de economia dependente da América Latina são características de desigualdade que perduram há séculos, configurando uma “relação de dependência e superexploração”. Essa relação de dependência tem consequências com a situação de exploração da classe trabalhadora, que consequentemente rebata nas relações de trabalho e diferenças sociais existentes nestes países, onde a exploração da classe trabalhadora é visível e está presente a partir das diferenças no trato às questões sociais e à extração de “mais valia relativa”<sup>9</sup> que é atrelada à desvalorização dos bens e salário da classe trabalhadora.

Nesse sentido, podemos analisar que,

[...] os países nesta condição subimperialista estão subjugados ao poder de dominação dos centros capitalistas, embora também atuem externamente num movimento de apropriação de parte do valor produzido pelos trabalhadores dos países vizinhos. Isto é, a superexploração da força de trabalho e a cisão entre as fases do ciclo do capital, são uma constante ao longo de seu processo de produção. (BERTOLLO, 2017, p. 86).

Analisando por essas referências, o que podemos entender alinhado à clássica elaboração de Marini (1973), em seu ensaio “a dialética da dependência” é que os países de economia dependente têm o seu ciclo de crescimento e de desenvolvimento regulado pelos países de economia central, países esses como: os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, etc. Nesses países, a dinâmica capitalista visa a produção e investimento na indústria de grande porte com produtos de valor agregado maior; uma vez que nos países capitalistas centrais os contrastes sociais são menores, a exploração do trabalhador e carga horária de trabalho são menores, os salários e a distribuição das riquezas produzidas pela classe trabalhadora são maiores do que a realidade da América Latina e do Brasil.

Nesse sentido, Marini (1973, p. 11) afirma que “as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas”, consequentemente, esta questão será resolvida a partir da superexploração da força de trabalho. Ou seja, a finalidade desta medida é compensar as perdas no processo de

---

<sup>9</sup> “A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, M. Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180).

intercâmbio desigual, ou troca desigual de mercadorias entre Estados-Nação em condições econômicas diferentes.

Essa relação de subordinação dos trabalhadores nos países de economia dependente por países de capitalismo central pode ser observada, por exemplo, pelos dados do anuário do ILAESE do ano de 2016, onde explicitam que a maioria dos trabalhadores da empresa VALE S.A, 79%, estão localizados na América do Sul e os trabalhadores restantes, estão localizados nos países que são característicos de economia central. Fato esse que podemos comparar com os números de trabalhadores da VALE S.A localizados na Europa, onde apresentam os menores números de trabalhadores da mineradora em questão.

De acordo com os dados disponibilizados pelo SMI e pelo ILAESE (2016), podemos observar, acerca do número total de trabalhadores na VALE S.A por localidade, tomando por referência o ano de 2015, que: em sua maioria estão concentrados na América do Sul e em particular no Brasil, configurando um contingente de 58.830 trabalhadores, do percentual de 79% dos trabalhadores. Além disso, cerca de 6.773, o que representa um percentual de 9% dos trabalhadores, estão na América do Norte; 4.516 dos trabalhadores, o que representa 6%, estão na Ásia; 1.940, cerca de 3% dos trabalhadores, estão no continente africano; 1.654, o que representa cerca de 2%, estão localizados na Oceania e, por fim, 385 trabalhadores, estimativa de cerca de 1%, estão localizados na Europa.

A partir da premissa de superexploração da força de trabalho, para Marini (1973), os países de economia dependente contribuem para o crescimento dos países centrais, fornecendo matéria prima para o mercado internacional, e posteriormente comprando mercadorias a preços elevados desses mesmos países. Para o autor: “O desenvolvimento da produção latino-americana que permite a região coadjuvar essa mudança qualitativa nos países centrais dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2000, p. 112-113).

Para adentrarmos nos desdobramentos em que se integram o monopólio e a superexploração da força de trabalho, a partir da atividade produtiva da empresa Vale S.A, na região dos Inconfidentes em MG (território de abrangência do SMI), considera-se preciso explicitar, mesmo que minimamente, a abordagem geral do processo de superexploração que acontece na América Latina e no Brasil, visto que, a região dos Inconfidentes, como sabemos, é historicamente marcada e condicionada pela dependência e superexploração da força de trabalho na mineração.



Essa relação de superexploração que, conseqüentemente, desvaloriza o trabalhador da mina, pode ser observada e comparada com o contexto econômico e a situação econômica em que se encontra o país historicamente, com expressivo agravamento no tempo presente. Poderá ser constatada com a análise e, a partir dos dados que foram extraídos e analisados dos acordos coletivos dos últimos anos, onde é constatado que os trabalhadores da empresa VALE S.A tiveram grandes perdas, expressas em medidas tais como: baixa salarial, perdas de benefícios adicionais em saúde e de benefícios para a família, esse movimento investigativo faremos nos próximos itens deste estudo.

## **2.1 - A Mineração na Região Dos Inconfidentes: A manifestação da superexploração da força de trabalho**

O estado de Minas Gerais tem uma forte ligação histórica com a atividade minerária e extrativista do país. Até o nome desse estado tem vínculo e se refere às riquezas que foram e que são encontradas com a atividade da mineração na região.

A exploração de minérios e de metais encontrados em seu subsolo tornou-se uma das principais fontes de recursos econômicos enquanto estado brasileiro. Pode-se dizer acerca dessa relação de exploração na região que:

Neste continente ‘das veias abertas’ podemos dizer que são diversos os ciclos de exploração extrativista que ocorreram e ocorrem no Brasil desde a colonização até os dias presentes. Do ouro ao minério de ferro, o que a história registra é um irracional exaurimento da natureza e dos homens diretamente envolvidos nesses processos. Da condição de escravo à de trabalhador assalariado, o destino de milhares de indivíduos é ser exaurido pela lógica de sistemas produtivos voltados à exploração e à espoliação, especialmente, no caso da ordem destrutiva do capital no contexto extrativista que historicamente se pôs em curso neste tão rico território latino-americano. (BERTOLLO, 2017, p. 137).

Quanto ao sistema de exploração e degradação da natureza e da força de trabalho, no contexto extrativista do Brasil e da Região Inconfidentes de MG, reitera-se que:

É notória a riqueza deste continente e do Brasil no que se refere ao solo, as águas, às vegetações, aos minerais e minérios. Sobre essa expressiva abundância erguem-se agravadas ações do homem sobre a natureza ao longo do tempo. O contexto da mineração é uma destas expressões. Do ciclo do ouro ao de minério de ferro este território é fortemente devastado em nome da acumulação de capital. (BERTOLLO, 2017, p. 139).

Além da indústria do turismo, a indústria extrativa de minérios, metais, pedras preciosas, e principalmente a do minério de ferro, se mostra como um dos principais recursos

econômicos na região Inconfidentes, e do estado de MG, ocasionada com o crime do rompimento da barragem de Fundão em 2015. Nessa região, é o trabalho nas minas que conforma e sustenta grande parte do orçamento público, dado que pode ser percebido, por exemplo, com a quase falência econômica da cidade de Mariana- MG<sup>10</sup> onde está localizado um dos grandes complexos minerários da região, cidade esta que é um dos municípios vizinhos à região de abrangência do SMI.

O minério de ferro, em geral, as vantagens naturais que cada país ou região apresentam, são riquezas que deveriam beneficiar tais países. E vale a pena começar por observar que deveriam beneficiar, e não prejudicar, ou, como obrigação mínima, deveriam não prejudicar.

No entanto, por esdrúxulo que possa parecer, nos países periféricos, chamados coloniais ou semicoloniais, ter uma natureza exuberante pode, em última análise, piorar, e não melhorar, a vida das pessoas. Os grandes acidentes ocorridos na mineração nos últimos anos, com destaque para a barragem de Fundão da Samarco, são provas vivas dessa verdade. (ILAESE, 2017. p. 62).

O contexto de superexploração dos recursos minerários na região dos inconfidentes em MG beneficia somente o grande capital, em consequência disso, os trabalhadores perdem a saúde física e mental, recebendo salários cada vez mais baixos. Seguindo as conclusões do ILAESE compreendemos que,

Poder-se-ia argumentar que isso é assim porque a exploração dessas riquezas, mesmo que prejudique alguma comunidade ou uma reserva natural específica, serve, uma vez explorada, para beneficiar uma parcela muito grande de pessoas. Ou seja, que a perda seria superada em muito pelos benefícios obtidos com a riqueza gerada. Poderia, mas não é assim. Em primeiro lugar, aqueles mais diretamente envolvidos com a exploração do minério, os trabalhadores que convivem com os megaprojetos e sua maquinária gigantesca, recebem salários baixos, tem seus benefícios cada vez mais atacados e, de uma maneira geral, padecem de problemas de saúde, física e psicológica, pelo grau de sofrimento que esse tipo de trabalho acarreta. A mineração mata, mutila e enlouquece em uma escala tão grande quanto os projetos que ela exige. (ILAESE, 2017, p. 62).

O crime que aconteceu com o rompimento da barragem de Fundão no município de Mariana pode ser relacionado com a alta taxa de exploração dos recursos minerais que as mineradoras extraem do subsolo sul-americano. A alta taxa de produtividade da Vale S.A no ano de 2016 se constata como os valores da mineradora de ferro mais lucrativa de todas as mineradoras no Brasil, divulgada pelo ILAESE/2016: “A VALE tem ainda uma das taxas de

---

<sup>10</sup> De acordo com a CFEM-(Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários 2015), conforme citado por Bertollo (2017, p. 159), “Segundo o atual prefeito, Duarte Júnior, a realidade vivenciada após o rompimento da barragem de Fundão impacta profundamente na arrecadação municipal e consequentemente na oferta de serviços sociais públicos. Afirma ele: “A paralisação da Samarco vai representar uma queda de 27% da nossa arrecadação, cerca de R\$ 6 milhões por mês”. Segundo dados da consultoria Fioito, a arrecadação da CFEM em Mariana-MG no período de janeiro a novembro de 2016, acumula uma queda de 16,4%, significando R\$ 83,71 milhões.”.

maior exploração entre as mineradoras. Mesmo que o salário médio da VALE seja superior, ela produz mais riqueza, já que monopoliza o setor no Brasil e detém as jazidas de maior pureza”.

Como podemos constatar, segundo o ILAESE, no ano de 2016, a VALE S.A teve a maior taxa de exploração entre as mineradoras do Brasil, o que explicitou-se em uma taxa de 544% contra 349% da empresa também mineradora MRN. Já a empresa Anglo Gold teve uma taxa de exploração de 195%. Nesse mesmo ano, na VALE S.A, a produtividade da empresa foi de R\$ 442.489,52 e o lucro bruto foi de R\$16.761,00. Destacando-se também a empresa MRN, segunda nos lucros nacionais, temos que: a produtividade foi de R\$ 460.563,96 e o lucro bruto foi de R\$ 520,63. Acerca da Anglo Gold, o lucro total foi de R\$ 689,95 no ano de 2016.

Os níveis de exploração dos trabalhadores na mineradora Vale S.A, são alarmantes quando comparados com outras mineradoras do país, chegando a ser quase o dobro. Conseqüentemente, a produtividade, a exploração do trabalhador, a degradação da força de trabalho e do meio ambiente aumentam com essa manifestação da superexploração, acarretando, como exemplo de suas conseqüências, o crime de rompimento da barragem de Fundão no distrito de Bento Rodrigues no ano de 2015.

Ano após ano, a empresa bate todos os recordes de produção em relação aos anos anteriores. Não foi diferente em 2016. Mesmo nos anos em que a crise econômica se manifestou de forma mais intensa, a Vale batia um recorde de produção atrás do outro. A queda nas receitas era em função da variação no preço dos minérios. Agora, em 2016 tivemos uma recuperação no preço do minério seguido dos mesmos recordes de produção sempre (Cartilha ILAESE, 2016, p. 10).

A mesma fonte expressa sobre o lucro que a empresa Vale S.A adquire a partir da exploração da força de trabalho na região, que: “em 2016, considerando uma jornada de trabalho de 8 horas, em 1 hora e 15 minutos o trabalhador paga o seu salário, sendo todo o tempo restante apropriado pela empresa na forma do lucro.”... “Trata-se de uma taxa de exploração de 543%. A segunda mais elevada dos últimos 5 anos.” (ILAESE, 2016, p. 15).

O Brasil possui um alto número de trabalhadores no setor da mineração, a força de trabalho aqui é “barata”, ou seja, submetida à condição de superexploração, no entanto, a classe trabalhadora do país e conseqüentemente do setor minerário extrativista<sup>11</sup>, vem

---

<sup>11</sup> **Extrativismo (econ.)** “É extração de grande volume de recursos naturais que, em sua maior parte, são exportados em sua forma mais simples (matérias-primas), ou seja, com valor agregado mínimo. A partir dessa definição, extrativismo inclui os setores de exploração mineral e petroleira, alguns monocultivos de exportação, como a soja, e outros. Especificamente tratando se da mineração, extrativismo incorpora atividades ligadas á

vivenciando a realidade do desemprego cada vez mais expressivo. Do ano de 2014 até 2016 o crescimento da produção de minério de ferro foi de 12,4% e a variação no setor de emprego na mineração de ferro, nos mesmos anos, foi de -19,0%. A produtividade do setor minerário aumenta expressivamente, enquanto o emprego no setor diminui, o que gera conseqüentemente, o aumento da jornada de trabalho dos trabalhadores e a exploração dos mesmos. Essa realidade é assim abordada pelo ILAESE:

O Brasil possui, uma das maiores classes trabalhadoras do mundo, tanto em nível absoluto quanto relativo. Não sem razão, o país é um dos principais alvos dos grandes capitais. As atuais reformas em curso no país- previdência, trabalhistas, terceirização e sindical- é apenas uma das etapas para fazer do Brasil um dos principais centros de exploração de mão de obra barata e um dos pulmões da valorização do capital. Essa massa de trabalhadores são as verdadeiras minas de ouro para os patrões. (ILAESE, 2017, p. 5).

A diminuição do número de trabalhadores não se configura pela baixa de produtividade e de lucros gerados pelos mesmos. Ao contrário, os números demonstram que a produção só cresce no setor, especificamente na mineradora Vale S.A, no entanto, na contramão desse fato, o desemprego e a alta taxa de exploração dos trabalhadores só aumentam. “Se houve crescimento na produção e redução no emprego, isso significa que os trabalhadores da VALE S.A estão mais produtivos do que nunca”( ILAESE, 2017, p. 10).

## **2.2 - A Organização e as Lutas dos Trabalhadores da Mineração: Ênfase na atuação do sindicato Metabase Inconfidentes (SMI)**

*“É pelo número de sócios que se mede a força do sindicato. O Sindicato não é só um prédio, nem é somente seus diretores, o Sindicato é a organização de todos os trabalhadores e deve estar a serviço dos trabalhadores.”*  
(Sindicato Metabase Inconfidentes 2016)

Sem sua subsede na Rua M, número 186, Jardim dos Inconfidentes na cidade de Mariana em Minas Gerais, o Sindicato Metabase Inconfidentes “está na luta em defesa dos trabalhadores e de uma sociedade mais justa” (SMI. 2017).

O Metabase Inconfidentes está há décadas na luta dos (as) operários (as) da mineração nas cidades de Congonhas, Ouro Preto/Mariana e região em MG, além de travar campanhas nacionais e internacionais em defesa da classe trabalhadora! (ILAESE, 2017, p. 70).

---

localização, prospecção e processamento de minérios, em sua forma primária, para a utilização em indústrias metalúrgicas, siderúrgicas etc”. (Dicionário crítico da mineração, p. 114).

Diante dos rebatimentos ocasionados pelo avanço dos monopólios pelo mundo e da precarização das relações de trabalho, o SMI luta em prol dos trabalhadores, contra a exploração do capital e a favor da classe trabalhadora do país.

A substância do capital sempre foi a mesma: a exploração dos trabalhadores. A acumulação nas mãos de poucos da riqueza e serviços produzidos pela enorme maioria da população. Mas se quanto ao seu conteúdo o capital permanece sempre sendo a própria imagem do vampiro: que se perpetua sugando o sangue dos trabalhadores, a forma superficial dessa dominação se altera todo o tempo (ILAESE, 2017, p. 4).

O anuário estatístico do ILAESE afirma a falta de transparência ao que se refere aos repasses de informações referentes aos valores reais e sobre os lucros das mineradoras, a seus trabalhadores e aos sindicatos.

[...] cabe constatar que os institutos e organizações que dão subsídio para as organizações dos trabalhadores- como os sindicatos, federações, centrais e movimentos sociais - pouco uso fazem desse conjunto de informações hoje disponíveis. Quase nunca é tornado claro o tamanho da riqueza produzida por cada trabalhador no interior das fábricas, dos canteiros de obras, das minas e assim por diante [...] (ILAESE, 2017, p. 4).

Diante da ofensiva do capital no globo e da precarização das condições de trabalho nas mineradoras no Brasil, considera-se que o papel dos sindicatos é fundamental para reforçar, impulsionar e potencializar as lutas da categoria, bem como para lutar pela classe trabalhadora como um todo. Sabemos que o cenário de exploração a que os trabalhadores na mineradora Vale S.A são submetidos, é enorme, cada vez mais complexo e agravado. Fato este que se agrava após a sua privatização no ano de 1997.

Alinhado a isso, considera-se,

[...] a partir destes casos emblemáticos, que qualquer modelo de extração dos recursos naturais/minerais brasileiros, realizado em ação conjunta/compartilhada, legalmente formalizada e normatizada pelo Estado brasileiro com empresas estrangeiras, isto é, multinacionais que atuam no setor extrativista, e que nada mais são do que representantes do capital que atuam vorazmente sobre os recursos naturais- que são finitos- nada mais é do que uma das expressões do capitalismo contemporâneo (BERTOLLO, 2017, p. 135).

Segundo a mesma autora, podemos analisar que o processo de privatização que ocorre com o capital econômico e as riquezas nacionais decorre há anos no país, afetando diretamente a vida da classe trabalhadora.

O cenário econômico que o Brasil vivencia nestes últimos anos é marcado pela piora dos termos de troca (considerando a queda do preço das *commodities*), pela elevação das taxas de juros (estratégia utilizada para atrair capital internacional e como forma de destinar intensamente recursos públicos para a apropriação privada/capital), pela corrosão da renda das famílias (que se dá num contexto em que o salário mínimo não é suficiente para garantir necessidades básicas de sobrevivência aos indivíduos, sendo que seu poder aquisitivo é cotidianamente diminuído em função da inflação

no preço dos produtos e serviços), o que desencadeia, por parte dos governos locais, a realização de ajuste fiscais, isto é uma maior ofensiva sobre a classe trabalhadora, seus direitos - trabalhistas, sociais, previdenciários, sua condição de sobrevivência (BERTOLLO, 2017, p. 150).

Considerando o papel/função que desempenhou ao que se refere ao desenvolvimento econômico-industrial brasileiro, é relevante enfatizar que a empresa outrora denominada até o ano de 1997 “Vale do Rio Doce”, era uma empresa pública/estatal/ nacional, ou seja, construída com recursos públicos, com a contribuição e pertencente a todos os brasileiros, configurando-se, inclusive, um símbolo do desenvolvimento nacional perante o mundo. Hoje, a agora denominada VALE S.A, é uma das maiores empresas privadas e mais lucrativas do Brasil e do globo. De símbolo nacional fortemente assumido e reconhecido pelos trabalhadores brasileiros, hoje apenas relega a estes a condição de agravamento da condição de exploração de sua força de trabalho, uma vez que o lucro gerado pertence a alguns poucos acionistas.

A Vale nasceu no Brasil, em 1942, em Minas Gerais, na cidade de Itabira. A sede global de nossos negócios fica no Rio de Janeiro. Os metais ferrosos (minério de ferro e pelotas), que respondem pela maior parte da nossa receita operacional, são os carros-chefes da produção no país. (VALE S.A 2017).

Nessa referência, ressalta-se que,

Ano após ano, a empresa bate todos os recordes de produção em relação aos anos anteriores. Não foi diferente em 2016. Mesmo nos anos em que a crise econômica se manifestou de forma mais intensa, a Vale batia recordes de produção atrás do outro. A queda nas receitas era em função da variação no preço dos minérios. Agora, em 2016 tivemos uma recuperação no nosso preço do minério seguido dos mesmos recordes de produção de sempre (ILAESE, 2016, p. 10).

Considerando as lições da história, afirma-se ser necessário que a classe trabalhadora se una para requerer a nacionalização dos bens e riquezas que foram “vendidas/privatizadas” e atualmente estão nas mãos dos grandes grupos do capital internacional e da burguesia nacional. Segundo a revista ILAESE (2017/2018, p. 16) “A privatização e a posterior desnacionalização do parque industrial brasileiro nos últimos 20 anos selaram o destino desta classe: sua absorção como administradora nos negócios imperialistas”. Nesse sentido, o SMI posiciona-se e apoia a reestatização da VALE S.A e defende que o controle da mineradora seja pelos seus trabalhadores, ou seja, quem realmente produz tais riquezas.

Ainda, tomando por referências o ILAESE e a luta do Sindicato Metabase Inconfidentes (SMI), contra a dominação e apropriação estrangeira sobre as riquezas do Brasil e no combate/enfrentamento à condição de superexploração dos trabalhadores na VALE S.A,

percebe-se um posicionamento a favor da união dos trabalhadores e da organização a partir da perspectiva de classe:

Os trabalhadores brasileiros possuem uma força tremenda, como ficou claro na greve geral realizada esse ano e em inúmeras manifestações pelo país. Temos que organizar o conjunto da classe trabalhadora, para lutar não apenas pelo salário no interior da empresa, mas contra essa forma de sociedade que produz exploração desmedida nos locais de trabalho e dominação de nosso país por outros estrangeiros, como fica claro no caso da Vale (ILAESE, 2017, p. 18).

A região dos Inconfidentes - local de abrangência do SMI- tem como principal fonte econômica o setor da mineração extrativista de minério de ferro. Os municípios de Congonhas, Ouro Preto, Mariana e Itabira são os municípios onde, mais expressivamente, vivem/residem os trabalhadores que são representados pelo SMI. Municípios esses, que têm seu foco econômico praticamente todo centralizado e dependente da mineração. Esses municípios cresceram e se desenvolveram através dos recursos minerários extraídos, das riquezas dos minerais típicos dessa região, principalmente o minério de ferro, onde grande parte da população vende sua força de trabalho nas mineradoras que ali estão situadas.

Percebe-se, com o acima exposto, o quão expressiva é a desigualdade social e econômica neste tão rico território. Explicita-se uma realidade em que a parcela de renda a qual a maior parte da população tem acesso é aquela que possibilita apenas o suficiente para manter biologicamente viva uma singular mercadoria- a força de trabalho, nada, além disso; o que remete estes indivíduos historicamente ao lugar de sujeitos superexplorados, seja no setor minerário extrativo ou no setor de serviços e de construção que servem de suporte para que o primeiro aconteça e se perpetue no município. (BERTOLLO, 2017, p. 160).

A partir da condição histórica de dependência e da recente e recorrente ofensiva neoliberal, bem como do avanço da reestruturação do ‘mundo do trabalho’, as relações laborais são pautadas e permanecem a partir da exploração da classe sobre outra e se acentuam cotidianamente. Diante e a partir desse contexto, o SMI defende o trabalhador e reivindica melhorias nas condições de trabalho, tais como: melhores salários, saúde, segurança, e qualidade de vida para os sindicalizados, e estendem tal reivindicação ao conjunto da classe trabalhadora do país.

As empresas tremem quando o Sindicato chega na mesa de negociação com um número alto de sindicalizados na base. Quando é assim, a empresa sabe que os trabalhadores estão unidos e que o Sindicato é forte! Quando o número de sindicalizados é alto, a empresa sempre pensa duas, três vezes antes de tentar passar o trabalhador para trás, já que ela sabe que se o trabalhador se revoltar, não tem produção. (ILAESE, 2016, p. 20).

A luta por melhorias para a categoria em questão, também perpassa a dinâmica das horas em que os trabalhadores estão inseridos no contexto de geração dos lucros da empresa

Vale S.A. A luta por segurança laboral e o combate aos acidentes de trabalho na mineração, estes fortemente decorrentes de fatores como a pressão exercida pelos supervisores no ambiente de trabalho, referenciando e utilizando-se da questão e do desemprego, conforma um quadro de ofensiva sobre os trabalhadores e é uma constante no contexto laboral da mineração extrativista na região dos Inconfidentes. É diante desse contexto que o SMI se põe e posiciona-se quando da realização das negociações dos acordos coletivos e em defesa desta categoria profissional.

Além desses aspectos que conformam o trabalho na mineração, é preciso considerar o cenário de crises (estruturais e cíclicas) do capital, que em nosso país se expressa atualmente como uma forte ofensiva sobre a classe trabalhadora através das reformas trabalhistas e previdenciárias, a necessidade e importância histórica para que os trabalhadores se unam para fortalecerem a luta não somente de uma categoria, mas da classe trabalhadora, é isso que o sindicato preza. Para o SMI:

Agora, com todos os ataques dos governos e dos patrões, como a Reforma Trabalhista, é mais importante ainda se sindicalizar, já que as empresas estão fazendo de tudo e mais um pouco para enfraquecer os sindicatos, pois a obsessão dos patrões é explorar cada vez mais os (as) trabalhadores (as) (ILAESE, 2017 - 2018 p. 20).

Consideramos que os sindicatos têm uma importância significativa para a potencialização das lutas e representação dos trabalhadores no reconhecimento, e enquanto classe trabalhadora uma vez que, os planos e ações de exploração à classe trabalhadora são aplicados em todo o Brasil, bem como, em diversas regiões, setores e segmentos da mineração extrativista. O desemprego, a retirada de direitos, a exploração, a violência e toda a opressão imposta à classe trabalhadora são expressões e manifestações da superexploração dessa classe, ação realizada pelas classes dominantes.

Diante desses fatos, é extremamente importante a conscientização, o fortalecimento e entendimento de todos nós, que somos trabalhadores, sobre os sindicatos de luta e combativos, visto que, as conquistas de direitos alcançadas até os dias de hoje foram através de organizações e lutas coletivas e, em benefício de todos os trabalhadores. O SMI mostra sua importância e o seu papel potencializador da união da classe a que representa, na defesa dos trabalhadores da mineração na região dos Inconfidentes. Esse papel, de grande relevância para os trabalhadores mineiros, é necessário para a garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, dos empregos, da manutenção e melhorias dos salários, da condição de saúde, bem estar, lazer



e para a união de toda a categoria, pois o contexto de ofensiva do capital minerário é avassalador e traz consequências nefastas sobre esta mesma categoria, muitas dessas manifestas em perdas, conforme os acordos coletivos explicitam.

### **2.3 - Os Acordos Coletivos entre a Vale S.A e o Sindicato Metabase Inconfidentes**

Nesse item iremos destacar o que são os acordos coletivos de trabalho, o que é exposto em suas cláusulas e qual a importância desses acordos para a categoria dos trabalhadores mineiros na região dos Inconfidentes, e que são representados coletivamente pelo SMI.

Diante de diferentes possibilidades de temas e objetos de pesquisa a partir e, relacionados com o campo do sindicalismo na área da mineração, optou-se pelo estudo das relações de trabalho elegendo como sujeitos prioritários o SMI e a VALE S.A. Queremos dizer que, optamos especificamente pela investigação e evidência da luta de classes a partir e expressas nos acordos coletivos entre os trabalhadores sindicalizados no referido sindicato e a também referida mineradora. Assim, para delimitação deste estudo, os dados analisados referem-se aos anos de 2009 a 2018. Dessa forma, pretende-se, ao abordar o que está materializado nos acordos coletivos, desencadear e possibilitar um maior conhecimento sobre o cenário de negociações dos acordos coletivos ou em outras palavras ‘Conhecer o panorama das negociações coletivas entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a empresa Vale S.A, nos anos de 2009 a 2018, a fim de, refletir sobre as relações de trabalho na mineração’, objetivo geral deste percurso investigativo e reflexivo.

Ao analisar as cláusulas trabalhistas e, os direitos reivindicados, adquiridos e ou não garantidos, nos acordos coletivos dos anos em questão, busca-se uma maior análise e conhecimento do panorama e das mudanças ocorridas e das que estão acontecendo nos dias atuais.

Nesse contexto de conquistas e de perdas da classe trabalhadora ao longo dos anos, destacamos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fortemente ameaçada atualmente. Ao apontar a importância desta legislação, considerando também os seus limites, podemos afirmar o quão é importante e necessária a ação e a luta dos sindicatos para a defesa da classe trabalhadora no nosso país, uma vez que desempenham importantes papéis/funções como a explicitada pelo Decreto de Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943, Artigo 611º da CLT, que consolida os acordos coletivos como:

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho. (CLT. Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

Tomando esta referência legal normativa e o tema e objeto em estudo, explicita-se que os primeiros acordos coletivos que foram analisados, de 2009 a 2014 eram acordados com tempo de vigência de dois em dois anos, e eram aprovados no mês de novembro. Esses acordos coletivos tinham vigência até o mês de outubro do ano seguinte. A partir do ano de 2015 até 2018, os acordos coletivos analisados passam a ter vigência de um ano.

As cláusulas que estão nos acordos coletivos do SMI analisados nessa pesquisa, geralmente seguem o mesmo padrão dos acordos dos anos anteriores. Os principais pontos que serão melhor destacados a seguir são: a) diferença de salário ao longo dos anos de 2009 a 2018; b) as conquistas dos trabalhadores da categoria no quesito de hora em trânsito; c) os reajustes ou abonos salariais; d) as conquistas, melhorias ou perdas dos trabalhadores na área da saúde; e) as jornadas de trabalho na mina ao longo dos anos; f) os reajustes do piso salarial, cartão alimentação, benefícios para a família, participação nos lucros da empresa, dentre outros itens.

Alinhada a esta intenção que orientou a investigação, faremos uma reflexão crítica referente à análise das “perdas e/ou ganhos” que os trabalhadores sindicalizados da mineração representados pelo SMI, na região dos Inconfidentes, tiveram ao longo dos anos em questão. No entanto, antes de explanarmos os resultados finais desta pesquisa consideramos necessário ressaltar, no sentido de explicitar e denunciar, mesmo que brevemente, o ataque aos direitos dos trabalhadores com a contra-reforma das leis trabalhistas ocorrida em 2017.

Nesse sentido, foi observado o que permanece e o que foi modificado pela última reforma trabalhista recentemente aprovada no país, o que está sendo modificado e o que será incluso nos novos acordos.

Afirmamos que, de fato, houve a contra-reforma trabalhista, no entanto, ainda não está sendo aplicada em todos os seus quesitos. Por exemplo: de acordo com o que estava em vigor, as horas *in-itinere*, ou seja, para a pessoa que morava em determinado local e que não tinha transporte público de destino e circulação até o local de trabalho (a mineradora) ou o que havia era de difícil acesso até a empresa, era garantido que a empresa contratante fornecesse um transporte e esse tempo de deslocamento entre sua residência e a empresa, seria garantido

por lei. Hoje, com as alterações previstas e em curso na nova lei trabalhista, a hora *in-itinere* já não é mais garantida.

No tocante ao direito ao adicional noturno e ao adicional de insalubridade, para os trabalhadores do SMI não houve alteração.

Em relação ao contrato intermitente, de acordo com a nova lei, as empresas podem utilizar deste mecanismo de contratação, que é basicamente um contrato em que a empresa define quantas horas ou quais dias da semana que o trabalhador irá trabalhar, e/ou ficar à sua disposição.

Essas alterações na legislação trabalhista não estão afetando diretamente o acordo coletivo do ano de 2017/2018, visto que, a homologação desse acordo que está em vigência, é datada do mês de outubro de 2017, período anterior à aprovação dessas significativas alterações. Assim, pode-se dizer que até o momento, nenhum trabalhador da Vale S.A foi afetado por essas alterações legais e normativas.

É importante explicitar que o contexto eleitoral brasileiro influencia no que se refere às empresas aplicarem as alterações das leis trabalhistas. A reforma trabalhista foi aprovada de uma forma arbitrária, de cima para baixo. Não houve uma discussão ampla e democrática com os trabalhadores, sindicatos, com a população.

O que se explicita é que essa legislação é fortemente patronal e se põe em favorecimento dos patrões. Dessa perspectiva, argumenta-se que as mudanças de cunho neoliberal, introduzidas nas leis trabalhistas podem desencadear um maior crescimento econômico do país. No entanto, o que explicita-se é o contrário dessa intenção, ou seja, o crescimento econômico não está acontecendo no Brasil. Em realidade, os índices mostram uma grande e profunda crise, aumento do desemprego e retrocessos para a população no que tange à garantias mínimas de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Enfim, essa nova lei somente fundamenta a precarização das relações de trabalho no Brasil, e que acentua cada vez mais a superexploração da força de trabalho.

Redirecionando a análise ao tema em estudo pode-se afirmar que a atual “campanha salarial” do SMI, onde são debatidas as novas propostas dos acordos coletivos do próximo ano, começaram no mês de outubro de 2018, e dessa forma, até o momento, o que vigora de direito dos trabalhadores é referenciado na CLT antes dessas significativas alterações em detrimento do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Considerando o acima exposto, destacamos que um dos pontos que mais afetará os trabalhadores em geral é o princípio da “ultra-atividade”, que estabelece que: de acordo com a validade do acordo coletivo vigente, se não houver um novo acordo até a data final deste, os trabalhadores ativos terão seus direitos garantidos com as cláusulas já estabelecidas, até acontecer um novo acordo. Com a atual modificação das leis trabalhistas, essa garantia não mais acontecerá. Por exemplo: se um trabalhador que tem determinado plano de saúde e/ou a família -este sindicalizado- e o sindicato que o representa não renovar o acordo coletivo da categoria até a ‘data-Base’ estipulada, de acordo com a nova lei, se essa empresa quiser excluir este trabalhador do plano de saúde ela terá essa possibilidade.

O que podemos perceber é que as alterações nas leis trabalhistas pressionam os sindicatos a fechar acordos e a estender a data limite das negociações e a não debater propostas de mudanças e melhorias para a categoria por muito tempo, e isso faz com que se enfraqueça a relação, vinculação e o debate entre o trabalhador e seus representantes que são os sindicatos.

Para fortalecer e dar continuidade à luta dos trabalhadores frente às novas mudanças ocorridas nas leis trabalhistas e a ofensiva da empresa Vale S.A em diminuir os direitos e benefícios dos trabalhadores sindicalizados, é relevante para este estudo mencionarmos que, aconteceu nos dias 16 e 17 de outubro de 2018 o processo eleitoral para escolha da nova diretoria do SMI. A nova diretoria eleita, que é alinhada à diretoria anterior, trouxe e apresentou em sua campanha, propostas mais combativas contra os retrocessos nos direitos trabalhistas e propostas a favor da ampliação dos benefícios nos acordos coletivos da categoria.

Contra os ataques das empresas e contra as reformas do governo atual, a nova diretoria do SMI pautou uma série de propostas em sua campanha. Diante do quadro eleitoral para presidência da república no mês de novembro deste ano, o SMI disponibilizou uma nota em um de seus boletins informativos, se posicionando criticamente contra o presidenciável que fora eleito e contra seu plano de governo, bem como, contra todas as declarações e medidas já impostas contra a classe trabalhadora.

Para alcançar uma maior conquista de seus direitos, neste contexto de realização de um novo acordo coletivo, os sindicatos estão mobilizando os trabalhadores para aderirem às paralisações e mobilizações de todos em defesa e manutenção dos direitos e benefícios adquiridos pela categoria. A chapa afirma que O SMI manterá todo o seu empenho para a

concretização e ampliação dos benefícios, mantendo sua recusa em negociar as retiradas de qualquer direito dos trabalhadores.

Em um dos panfletos da campanha eleitoral do SMI, é possível perceber este chamado aos trabalhadores diante das medidas arbitrárias que tendem a se materializar e agravar do ano de 2019 em diante:

O Metabase, com os companheiros da Chapa 01 à frente, esteve nas principais lutas nacionais que ocorreram no Brasil nos últimos anos, como a greve geral e a ocupação a Brasília no ano de 2017. É assim porque sabemos que é na luta política que os rumos das nossas vidas são decididos. A reforma da previdência, que nos impede de aposentar, por exemplo, está congelada, graças à luta da classe trabalhadora, da qual a Chapa 01 se orgulha muito de ser parte ativa! (A Chapa do Sindicato, 2018, p. 2).

Convém ainda, explicitar sobre o processo eleitoral ocorrido recentemente, que a presidência do SMI será composta por Rafael Ribeiro de Ávila no cargo de presidente e Valério Vieira dos Santos no cargo de vice-presidente. Essa chapa tinha como lema: “renovar mantendo a tradição de luta e conquistas aos trabalhadores”. É relevante considerar a trajetória de longa data e grandes lutas à frente do SMI do atual o vice-presidente Valério, considerando que este ocupava o cargo de presidente nas duas últimas gestões do SMI, e acerca do presidente eleito, Rafael, é relevante mencionar que este ocupava cargo na direção nacional da central sindical CSP Conlutas.

Consideramos pela trajetória do SMI, pela posição combativa que a diretoria assumiu, vem mantendo e ampliando ao longo dos anos, que esta organicidade da composição e recomposição neste espaço – Sindicato – é fundamental para os trabalhadores.

A votação ocorreu em todas as sedes da região dos Inconfidentes e teve uma participação bastante expressiva. A chapa que concorreu à eleição foi chapa única do processo. A sua composição teve 30% de novos membros, o que explicita o movimento de renovação sem se afastar das composições e posições assumidas pelas últimas candidaturas e realizadas nas gestões. A chapa foi aprovada com aproximadamente 90% de votos válidos, o que legitima fortemente o processo e a condução do SMI pela perspectiva que os seus dirigentes, a direção vem organizando e desenvolvendo o processo de representação combativa dos seus sindicalizados perante o capital minerário da região Inconfidentes.

#### **2.4 - Análises Dos Acordos Coletivos de 2009 a 2018**

Para a análise dos acordos coletivos<sup>12</sup> de 2009 a 2018 os dados foram agrupados em quatro cláusulas, sendo: 1) Cláusulas trabalhistas (salariais); 2) Cláusulas sociais; 3) Acordos e Benefícios referentes à área da saúde (auxílios médicos e odontológicos); e 4) Acordos e Benefícios referentes à área da família (cônjuges e filhos). Estas cláusulas foram organizadas em tabelas. Posteriormente, os mesmos dados constantes nestas tabelas e que expressam temas e valores, foram agrupados em gráficos conforme a sua expressão, seja em porcentagem ou valor monetário.

Como sabemos, os trabalhadores com carteira assinada no Brasil são “protegidos” com os direitos das leis trabalhistas. Os trabalhadores de determinadas categorias têm os “benefícios” e, a ampliação desses direitos é estabelecida a partir dos acordos coletivos. Os acordos coletivos preveem condições melhores das que estão na lei para determinada categoria, por exemplo: se o adicional noturno é de 20% e determinado acordo constar 60%, o que vai prevalecer será os 60%. O que for mais benéfico para o trabalhador será aplicado e irá prevalecer sobre a legislação.

De acordo com os dados coletados nos acordos entre o SMI e a empresa Vale S.A e que estão demonstrados logo abaixo na tabela 1, ao que se refere ao Reajuste do Salário Base dos trabalhadores, é perceptível que a categoria teve um reajuste mais significativo nos anos de 2011 com uma porcentagem de 8,6% e, em 2016 com 8,5% sobre o salário. Dentre os anos de menor valor reajustado, destacamos o ano de 2017 com uma porcentagem de apenas 2,5% do salário base.

Acerca do Abono Salarial, que é um benefício repassado para os trabalhadores da Vale S.A, através de um valor em dinheiro e que é desvinculado do salário dos trabalhadores, nos anos de 2009 a 2014 foi de R\$ 600,00 e R\$ 700,00 respectivamente. O aumento mais considerável aconteceu no ano de 2015, onde esse valor foi de R\$ 4.660,00. Pode-se observar que houve em 2015 um expressivo aumento desse valor repassado aos trabalhadores e que nos

---

<sup>12</sup> “ Um Acordo Coletivo é, em síntese, uma negociação de direitos e deveres do trabalhadores e da empresa, feita entre esta e o sindicato da categoria que representa os funcionários. Existem requisitos legais que determinam o que pode ser negociado ou não. Um deles, por exemplo, é que não se pode diminuir direitos já conquistados em lei, como o valor do salário mínimo, 30 dias de férias anuais, décimo terceiro, etc. Enquanto o Acordo Coletivo é celebrado entre um sindicato de uma categoria e uma empresa, a Convenção Coletiva tem uma amplitude maior e é celebrada entre o(s) sindicato(s) de empregados de uma categoria econômica e o sindicato Patronal — ou seja, que representa as empresas daquela categoria. Ou seja, a Convenção Coletiva é um acordo que atinge toda a categoria econômica e tem uma amplitude muito maior, valendo inclusive para empresas que não são filiadas àquele sindicato”(https://blog.sst.com.br/qual-a-diferenca-entre-convencao-coletiva-acordo-coletivo-e-dissidio-coletivo)

anos seguintes não houve esse repasse. Essa diferença pode ser constatada no Gráfico 2, onde demonstra-se os valores das cláusulas trabalhistas em reais (R\$).

Essa grande diferença nos valores de Abono Salarial observada entre os anos de 2009 a 2018, especialmente no ano de 2015 para 2016, deve-se ao fato de que a mineradora Vale S.A teve um aumento considerável nas extrações de minério de ferro extraído na região e, conseqüentemente, no lucro da empresa. Destaca-se, no entanto, que esse repasse oriundo do lucro da empresa não é disposto em forma de salário bruto para os trabalhadores, o que seria mais vantajoso para eles a um médio e longo prazo, considerando a questão de contribuição à previdência social e à aposentadoria. Uma das “curiosidades” ou se pode dizer “contradições” que circunscrevemos abono salarial, é que a maioria dos trabalhadores sindicalizados prefere o aumento através de Abono Salarial ou no Cartão Alimentação fornecido pela empresa, do que em relação ao aumento do salário bruto. Isso se deve ao fato de que o Abono salarial e o Cartão Alimentação não têm descontos como o de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou imposto de renda sobre um salário de valor mais alto. Sobre o Piso Salarial dos trabalhadores, destacamos que não teve aumentos significativos durante os anos analisados, sendo a média salarial total destes anos em questão, definida em R\$ 1.253,84. É relevante explicitar que o Piso Salarial estabelecido, fica considerado como base de cálculo para o pagamento do adicional de insalubridade, o que interfere diretamente na remuneração total recebida pelos trabalhadores.

O valor do adicional noturno, que é de direito dos trabalhadores no horário de 22h00 até às 5h00 do dia seguinte, é referido ao valor da hora calculada com base no Salário Base. Nos acordos coletivos do SMI os valores são de 60% divididos em 20% e 40%, estes valores se referem ao Artigo 73 da CLT, que traz,

**Art. 73.** Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946).

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946). (<https://www.jusbrasil.com.br>).

Os valores do adicional noturno de 20% se mantiveram, nos anos de 2009 a 2018, próximos aos valores de 40%. Tiveram uma mudança no ano de 2013, passando de 40% para 45% do valor da hora de trabalho de cada funcionário.

As Horas Extras dispostas nos acordos coletivos nos anos de 2009 a 2018 não tiveram grandes modificações. Quanto a este direito, os trabalhadores do SMI não obtiveram maiores ganhos nos anos em questão. Durante as duas primeiras horas extras de trabalho o percentual a ser pago foi de 50%, a partir da terceira hora o valor é de 110%, e para as horas extras trabalhadas em dia de repouso semanal, feriado, fins de semana ou dia que não seja de expediente do trabalhador, o valor a ser pago é de 120%. Esses valores se mantiveram ao longo dos nove anos dos acordos coletivos analisados, mantendo a média final.

A Antecipação do 13º Salário dos trabalhadores do SMI se manteve nesses anos com o pagamento de 50% do salário no mês de novembro de cada ano e, os demais 50% pagos no mês de dezembro. Essa cláusula não é diferente das regras da CLT.

O Bônus Por Acordo de Dois Anos é o mesmo benefício do Abono Salarial. Nos anos de 2009 à 2014 os acordos coletivos tinham vigência de dois anos, conseqüentemente, os valores dos abonos pagos aos trabalhadores eram valores a serem repassados nos respectivos anos, como é demonstrado na Tabela 2. No ano de 2009 o valor do abono foi de R\$ 1.200,00. Esse valor foi pago da seguinte forma: R\$ 600,00 no ano de 2009 e R\$ 600,00 no ano de 2010. No ano de 2011 o valor acordado foi de R\$ 1.400,00 a ser repassado: R\$ 700,00 nos anos de 2011 e a mesma quantia em 2012. Como já mencionado, os acordos firmados de dois em dois anos se mantiveram até o ano de 2014, nos anos seguintes foram passaram a ser firmados anualmente.

A Multa Entre as Partes Por Não Cumprirem os Acordos é de R\$ 100,00, e esse valor se manteve ao longo de todos os anos (2009 a 2018).

Os Valores referentes às cláusulas trabalhistas, extraídas dos acordos coletivos e demonstradas a seguir nos gráficos em porcentagem, mostram que nos anos de 2014 a 2017 houve uma variação nos valores de reajuste dos salários base dos trabalhadores. Os outros valores repassados aos trabalhadores resultantes de porcentagens como Horas Extra e Adicional Noturno não tiveram alteração significativa nos valores expressos em porcentagem. Em contrapartida os valores expressos em reais (R\$), demonstrados nos gráficos abaixo, demonstram um aumento gradual no Piso Salarial dos trabalhadores. O abono salarial deu um salto gigantesco no acordo realizado para os anos de 2014 a 2016, com o valor de R\$ 4.660,00 repassado aos trabalhadores. É justamente nesse ano que os acordos de dois em dois anos foram substituídos por acordos de um ano.

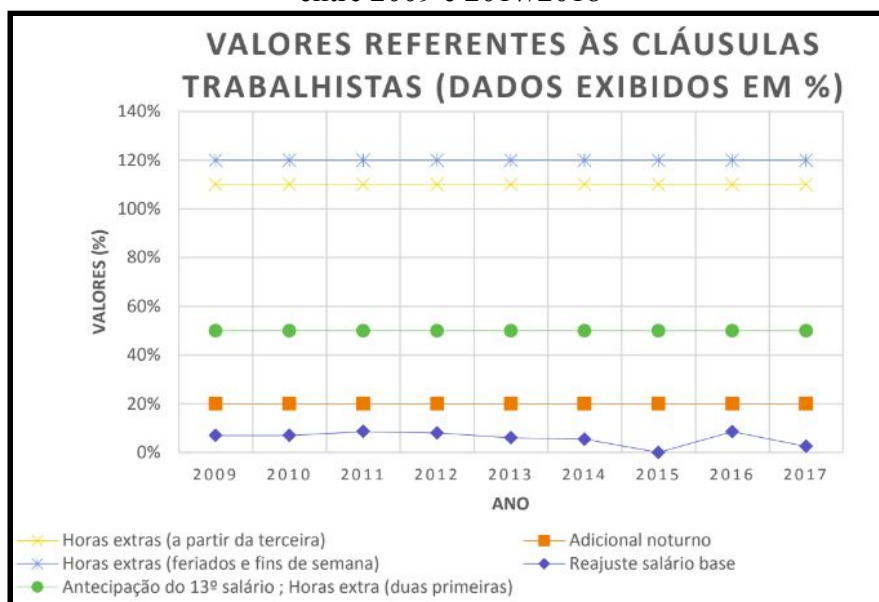


Tabela 1 - Dados referentes às cláusulas trabalhistas presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018

CLÁUSULAS TRABALHISTAS	ANOS									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MÉDIA
REAJUSTE SALÁRIO BASE	7,0%	7,0%	8,6%	8,0%	6,0%	5,4%	0,0%	8,5%	2,5%	5,9%
ABONO SALARIAL	R\$600,00	R\$600,00	R\$700,00	R\$700,00	R\$700,00	R\$700,00	R\$4.660,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$962,22
PISO SALARIAL	R\$930,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.250,00	R\$1.325,00	R\$1.325,00	R\$1.396,55	R\$1.515,00	R\$1.542,99	R\$1.253,84
ADICIONAL até às 23:55h	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20,0%
NOTURNO de 23:55h às 5:00h	40%	40%	40%	40%	45%	45%	45%	45%	45%	42,8%
HORAS EXTRAS	Duas Primeiras horas	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50,0%
	A partir da terceira hora	110%	110%	110%	110%	110%	110%	110%	110%	110,0%
	Feriados e fins de semana	120%	120%	120%	120%	120%	120%	120%	120%	120,0%
ANTECIPAÇÃO do 13º salário	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50,0%
BÔNUS por acordo de 2 anos	R\$1.200,00	R\$1.200,00	R\$1.400,00	R\$1.400,00	R\$1.400,00	R\$1.400,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$888,89
MULTA entre as partes por não cumprir o acordo	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00

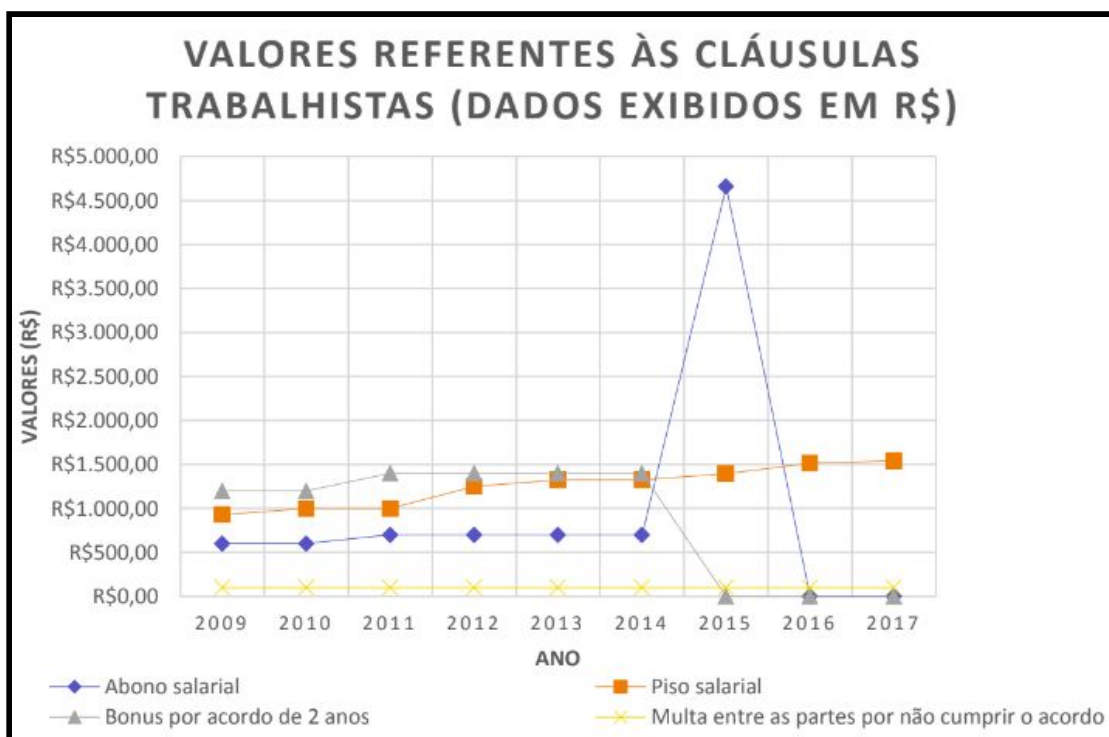
Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Gráfico 1 - Dados em % referentes às cláusulas trabalhistas presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Gráfico 2 - Dados em R\$ referentes às cláusulas trabalhistas presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Tabela 2 - Dados referentes às cláusulas sociais presente nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018

CLÁUSULAS SOCIAIS	ANO										MÉDIA
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
<b>CARTÃO ALIMENTAÇÃO</b>	R\$320,00	R\$320,00	R\$500,00	R\$500,00	R\$620,00	R\$620,00	R\$620,00	R\$700,00	R\$717,00	R\$546,33	
<b>REEMBOLSO EDUCACIONAL</b>	Ensino Médio	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	
	Ensino superior	75%	75%	85%	85%	85%	85%	85%	85%	83%	
<b>CARTÃO MATERIAL ESCOLAR/UNIFORME</b>	R\$24,00	R\$24,00	R\$24,00	R\$24,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$10,67	
<b>VALE CULTURA</b>	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$50,00	R\$50,00	R\$50,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$16,67	
<b>REPASSE AOS SINDICATOS</b>	Descontos no 5º dia útil do mês, na folha de pagamento dos associados (não houve alteração entre 2009 à 2017).										
<b>ACOMPANHAMENTO DO ACORDO</b>	Reuniões trimestrais com 15 dias de antecedência (não houve alteração entre 2009 à 2017).										

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

A tabela 2 demonstra os valores referentes às cláusulas sociais analisadas nos contratos emitidos entre os anos 2009 a 2018. Acerca do Cartão Alimentação que a empresa fornece aos trabalhadores, importante ressaltar que é retirado do trabalhador a participação limitada a 5% do custo total do benefício. No ano de 2009 esse valor era de R\$ 320,00 reais, já no ano de 2011 o valor passa a ser de R\$ 500,00, ou seja, ocorre um aumento de R\$ 120,00. No ano de 2016 o valor do cartão alimentação teve um acréscimo de somente R\$ 80,00. No ano de 2017 o aumento foi mais irrisório ainda: somente R\$ 17,00. O que se explicita é uma desvalorização expressiva no valor recebido através do cartão alimentação, considerando que

o preço dos alimentos se amplia nesses períodos. A soma e a média total ao longo desses anos foram de R\$ 546,33 reais.

De acordo com o que consta nos itens 18 e 18.1 dos acordos coletivos, e que dispõem sobre o Reembolso Educacional:

“A empresa reembolsará os seus empregados com as despesas incorridas por esses cursos de ensino fundamental, ensino médio e ensino superior em curso de graduação (a partir da autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação), nos termos da Instrução INS-0036” (Acordos Coletivos de Trabalho 2009 A 20187).

Nos anos de 2009 até 2018 o reembolso aos trabalhadores que cursaram algum curso de nível médio permaneceu em 90%, já os trabalhadores que cursaram algum curso de graduação superior teve como reembolso 75% e, no ano de 2011, este percentual passa a ser de 85%. Essas porcentagens de reembolso são baseadas pelo salário-base de cada trabalhador.

No percurso de análise das cláusulas sociais ainda constatamos que o benefício de Cartão Material Escolar/Uniforme que era fornecido no ano de 2009 no valor de R\$ 24,00, nos anos seguintes não é mais fornecido aos trabalhadores. Também, o benefício Vale Cultura, que era incentivado pelo governo federal como forma de integrar os trabalhadores ao acesso à cultura e lazer, foi ofertado aos trabalhadores apenas de 2013 até 2015.

Os repasses aos sindicatos são descontos realizados no 5º dia útil de cada mês, e descontado na folha de pagamento dos trabalhadores associados/sindicalizados. Esse acordo entre as partes não sofreu alteração entre 2009 a 2018. Com as alterações nas leis trabalhistas poderá haver mudanças em matérias que os acordos coletivos não podem estabelecer, como por exemplo, nesta questão da contribuição dos trabalhadores. A legislação atualmente estabelece o seguinte: Se o trabalhador quiser contribuir com a chamada “contribuição negociável ou assistencial” para com o sindicato, tem que concordar expressamente com esse desconto, situação contrária do que era antes, sendo assim, essa alteração na lei vem para enfraquecer ainda mais os sindicatos e a luta organizada e coletiva dos trabalhadores.

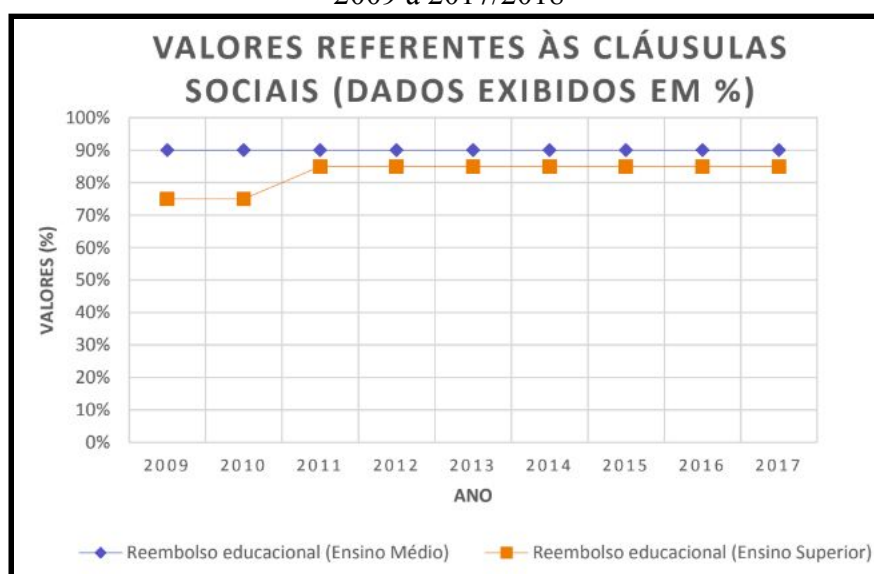
Importa ainda ressaltar que o Acompanhamento do Acordo é realizado com reuniões trimestrais, com 15 dias de antecedência para o fechamento/assinatura entre as partes dos acordos. Ao longo dos anos não houve alteração nesse encaminhamento.

O Gráfico 3 mostrado abaixo, traz os dados referentes às cláusulas sociais em porcentagens que estão na tabela anterior. Demonstra que o Reembolso Educacional do Ensino Médio, de 90%, manteve-se no mesmo valor ao longo dos anos, já o Reembolso

Educacional do Ensino Superior aumentou depois do ano de 2011 e se manteve até o ano de 2018.

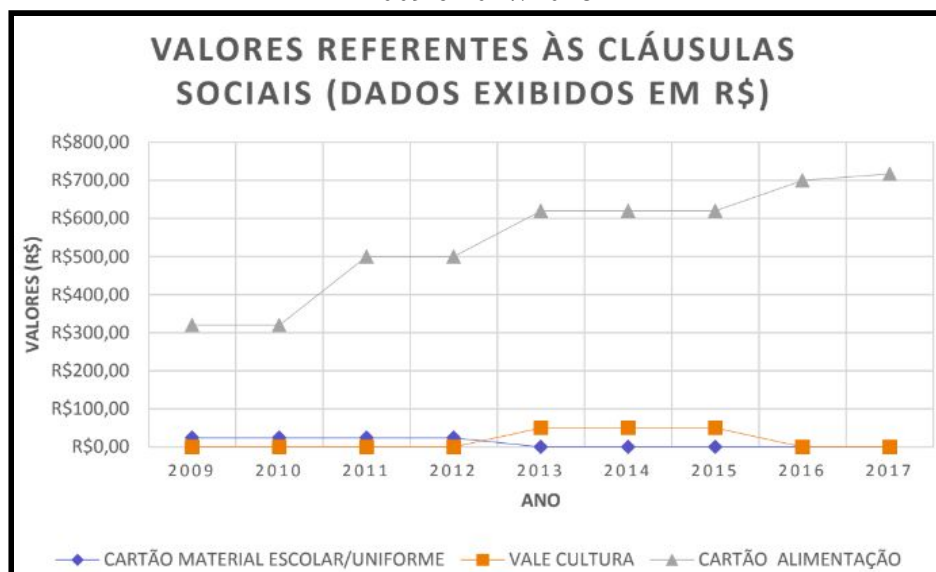
O Gráfico 4 demonstra os valores referentes às cláusulas sociais e valores dos benefícios em reais (R\$). Destaca-se que o benefício do Cartão Material Escolar foi oferecido de 2009 a 2012, e que os trabalhadores tiveram o benefício do Vale Cultura entre os anos de 2013 a 2015. Também, que o Cartão Alimentação teve um aumento gradual considerável ao longo dos anos.

Gráfico 3 - Dados em % referentes às cláusulas sociais presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2017/2018



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Gráfico 4 - Dados em R\$ referentes às cláusulas sociais presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Tabela 3 - Dados referentes às cláusulas da saúde presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2017/2018

CLÁUSULAS DA SAÚDE		ANO									Média
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
DESPESAS COM TRATAMENTO PSICOLÓGICO PSICOTERÁPTICO	Repasse	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
	Limite semestral (clínico)	R\$1.007,51	R\$1.007,51	R\$1.158,88	R\$1.158,88	R\$1.340,47	R\$1.340,47	R\$1.412,64	R\$1.532,71	R\$1.560,76	R\$1.279,98
	Limite semestral (internação)	R\$2.015,02	R\$2.015,02	R\$2.317,77	R\$2.317,77	R\$2.680,54	R\$2.680,54	R\$2.825,29	R\$3.065,44	R\$3.121,54	R\$2.559,88
DESPESAS COM VACINAS	Repasse	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%
	Limite por vacina	R\$184,32	R\$184,32	R\$212,01	R\$212,01	R\$245,20	R\$245,20	R\$258,44	R\$280,41	R\$285,54	R\$ 234,16
REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS	Grande Risco	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
	Pequeno Risco	65%	65%	65%	65%	65%	65%	55%	55%	55%	62%
	REEBOLSO DE DESPESAS ODONTOLÓGICAS	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
	DESPESAS DE GRANDE RISCO (INTERNAÇÃO)	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%	99%
	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	65%	65%	65%	65%	65%	65%	55%	55%	55%	62%
	MEDICAMENTOS ESPECIAIS	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Na Tabela 3 são demonstradas informações acerca dos benefícios na área da saúde. Entre os anos de 2009 a 2018, as Despesas com Tratamento Psicológico e Psicoterápico tem um reembolso de 40% com cada tipo de tratamento. Esse valor se manteve ao longo dos anos e os limites do reembolso são de acordo com o limite máximo. Dos valores analisados, a média total final do limite semestral clínico foi de R\$ 1.279,98 e a média final do limite do reembolso de 40% do tratamento em regime de internação foi de R\$ 2.559,88 por beneficiário.

O benefício do reembolso das Despesas com Vacinas também mantém os mesmos requisitos anteriores, isto é, a empresa reembolsará o valor de 40% das despesas com vacinas utilizadas para prevenção de doenças infectocontagiosas, devidamente registradas no Ministério da Saúde. Dentre os valores analisados e demonstrados na Tabela 3, a média final do limite do valor do reembolso é de 40% do total de R\$ 234,16 reais.

O Reembolso das Despesas Médicas de Grande Risco permaneceu com o percentual de participação da empresa em 70%. O Reembolso das Despesas Médicas de Pequeno Risco foi de 65% nos anos de 2009 a 2015. A partir de 2015 até 2018 esse valor foi reduzido para 55%, ou seja, uma perda considerável de 10% desse benefício para o trabalhador. As Despesas de grande Porte com Internação permaneceram com 99% de reembolso pela empresa ao longo dos anos 2009 até 2018. Em relação ao Atendimento Odontológico, a empresa participou com o reembolso de 65% do valor total do tratamento até o ano de 2015, e

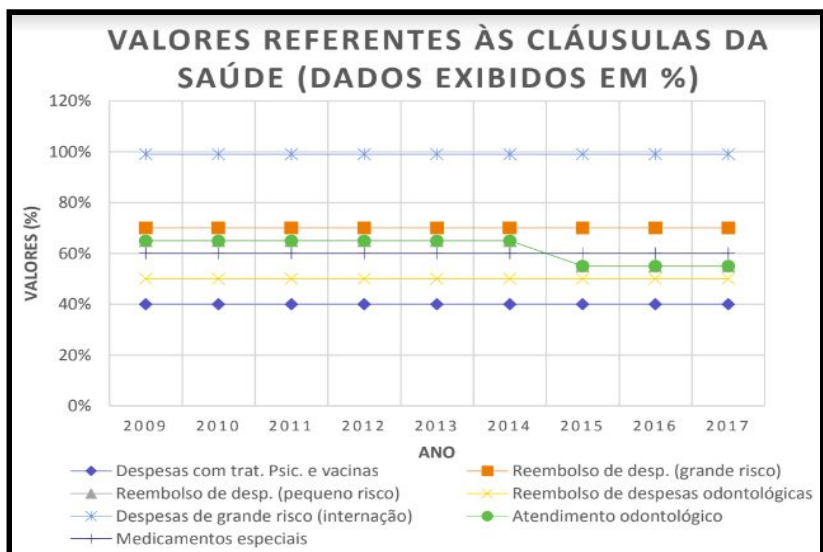
deste ano em diante, o valor foi reduzido para 55% de reembolso. O reembolso na compra de medicamentos especiais é de 60% e esse valor do benefício permanece até o ano de 2018.

Nos últimos anos dos acordos coletivos entre o SMI e a Vale S.A, os trabalhadores do SMI perderam alguns benefícios do Plano Odontológico como, por exemplo: o direito à prótese dentária e tratamentos odontológicos mais específicos. Em questões de benefícios de saúde em geral os trabalhadores não perderam tanto como em relação à questão específica de tratamento odontológico.

O Gráfico 5 demonstra os valores em porcentagem coletados nos acordos coletivos referentes às cláusulas da saúde. Os valores de Despesas com Tratamentos psicológicos, psicoterápicos e vacinas se mantiveram na mesma porcentagem ao longo dos anos, assim como os valores de medicamentos especiais, reembolso de despesas de pequeno e grande risco e de despesas odontológicas. A variação que vemos no gráfico é referente ao tratamento em atendimento odontológico que teve uma diminuição do valor de reembolso nos anos de 2014 a 2018.

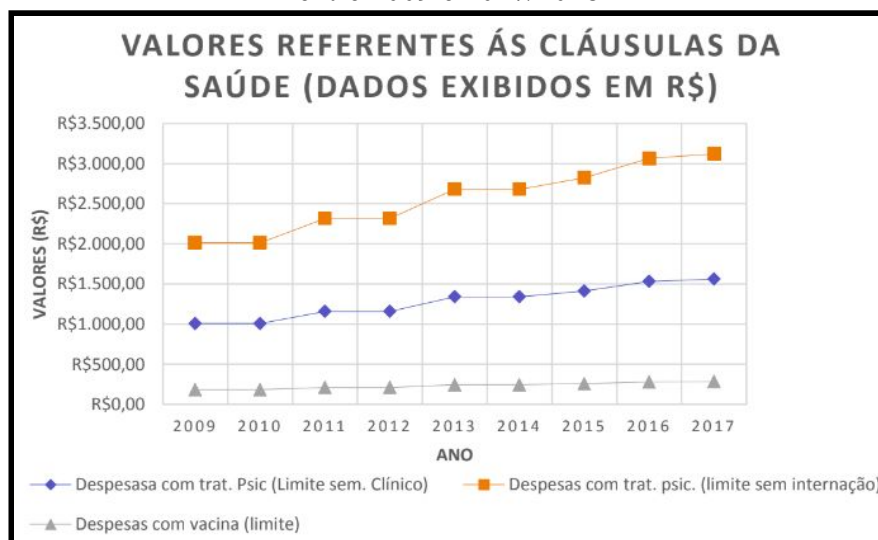
O Gráfico 6 traz os valores extraídos e analisados nos acordos coletivos em reais (R\$), onde mostra que o benefício de reembolso de Despesas com tratamento psicológico clínico aumentou ao longo dos anos de 2009 a 2018, assim como o reembolso de despesas com tratamento psicológico em limites de internação. O benefício de reembolso de despesas com vacinas esteve no mesmo valor ao longo dos anos, registrando apenas um pequeno aumento no ano de 2017.

Gráfico 5 - Dados em % referentes às cláusulas da saúde presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2018



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Gráfico 6 - Dados em R\$ referentes às cláusulas da saúde presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Tabela 4 - Dados referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos emitidos entre 2009 e 2017/2018

CLÁUSULAS DA ÁREA FAMILIAR	ANO							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 2017
AUXÍLIO CRECHE/ MATERNAL	Reembolso (até 36 meses)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Valores não encontrados entre 2015 e 2017.
	Reembolso (de 37 a 72 meses)	60%	60%	60%	60%	60%	60%	
	Limite máximo	R\$245,48	R\$245,48	R\$285,83	R\$285,83	R\$327,22	R\$327,22	
EMPREGADA GESTANTE MÃE	A EMPRESA GARANTIRÁ O EMPREGO OU SALÁRIO 120 DIAS, APÓS LICENÇA MATERNIDADE.							
EMPREGADO PAI	GARANTIA DO EMPREGO OU SALÁRIO POR 60 DIAS, APÓS NASCIMENTO DO FILHO.							
SAÚDE DO CONJUGE (TRATAMENTO DE SAÚDE)	MESMOS DIREITOS, CONSIDERA-SE COMPANHEIRO INCLUINDO PARCEIRO DO MESMO SEXO.							
LICENÇA À MÃE DO FILHO	Crianças até 1 ano							120 dias
ADOTIVO (LEI:10.421 DE ABRIL DE 2012)	Crianças de 1 a 4 anos							60 dias
	Crianças de 4 a 8 anos							30 dias

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

A Tabela 4 traz os dados referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos coletivos de 2009 a 2018.

Pode-se destacar em relação ao Auxílio Creche/Maternal, benefício que está disposto nos acordos coletivos e que de acordo com o item 16: “A empresa concederá à sua empregada, observada a Instrução INS-0034, o reembolso creche/maternal, nas seguintes condições: a) 100% de reembolso, no caso de atendimento a filho, até o 36º mês de vida; b) 60% de reembolso, no caso de atendimento a filho, do 37º ao 72º mês de vida. O valor máximo de limite de reembolso aumentou ao longo dos anos. Em 2009 foi de R\$ 245,48 e em 2018 passou para R\$ 327,22. Percebe-se que esse benefício fomenta muito fortemente a



rede privada de educação no município de Mariana-MG, e região. Fomento este que se dá em detrimento ao ensino público.

Para a Trabalhadora Gestante Mãe a empresa garantirá o emprego ou o salário de 120 dias, após licença maternidade. No item 28 dos acordos coletivos é Garantida a Transferência Provisória da Gestante:

“com base no artigo 392, § 4º da CLT, à empregada gestante é assegurado o direito de transferência provisória do setor ou função, quando as condições de saúde exigir, desde que haja prévia comprovação desta necessidade através de laudo médico emitido ou aprovado pelo médico do trabalho da empresa” (Acordos Coletivos de Trabalho 2009 a 2018).

Para o Trabalhador Empregado Pai a empresa garantirá o emprego ou o salário por 60 dias, após nascimento do filho.

O benefício de Saúde do Cônjuge (tratamento de saúde) é oferecido a todos, com os mesmos direitos, considerando companheiro também parceiro do mesmo sexo. Esse benefício consta no item 10.3 do acordo:

“A empresa considerará o cônjuge e, nos termos de seu regulamento, o (a) companheiro (a), inclusive do mesmo sexo, como dependente do empregado para efeitos de assistência médica supletiva, independente da data de admissão do mesmo na empresa e da renda percebida” (Acordos Coletivos de Trabalho 2009 a 2018).

Percebe-se que há certo avanço ao reconhecimento e tratamento digno às relações afetivas dos trabalhadores, seja hétero ou homo afetivas.

No tocante ao benefício “da mãe de filho adotivo” a empresa agirá nos termos da Lei 10.421, de 15 de abril de 2002, ou seja, a empresa concederá licença maternidade à trabalhadora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança até 8 anos. O tempo dos benefícios se configurou da seguinte forma: para crianças de até 1 ano de idade a licença para a mãe trabalhadora será de 120 dias; para crianças de 1 ano até 4 anos a licença para a mãe será de 60 dias; e para crianças de 4 a 8 anos a licença será de 30 dias.

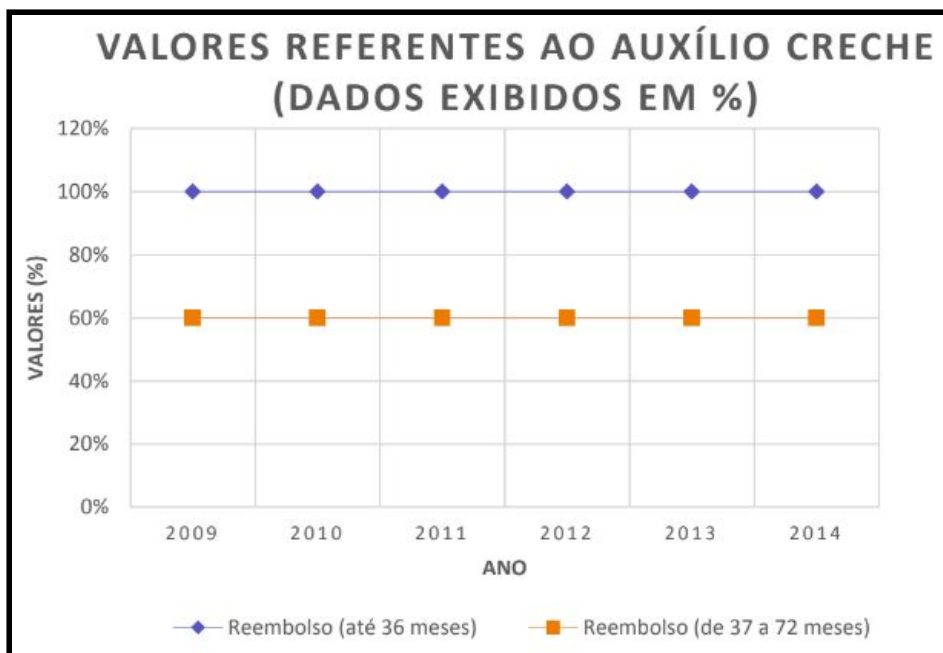
O Gráfico 7 mostra os valores referentes ao Auxílio Creche com os dados extraídos em porcentagem. Como podemos perceber, não houve alterações nos valores oferecidos pela empresa nos anos observados, tanto em relação ao reembolso do Auxílio Creche para crianças até 36 meses, quanto para o reembolso para crianças de 37 a 72 meses.

O Gráfico 8 traz somente o valor referente ao auxílio creche com o dado da tabela em reais (R\$) nos anos de 2009 a 2014 que teve uma alteração significativa de repasse aos pais. No entanto, esse benefício deixa de constar nos acordos coletivos a partir desta data,



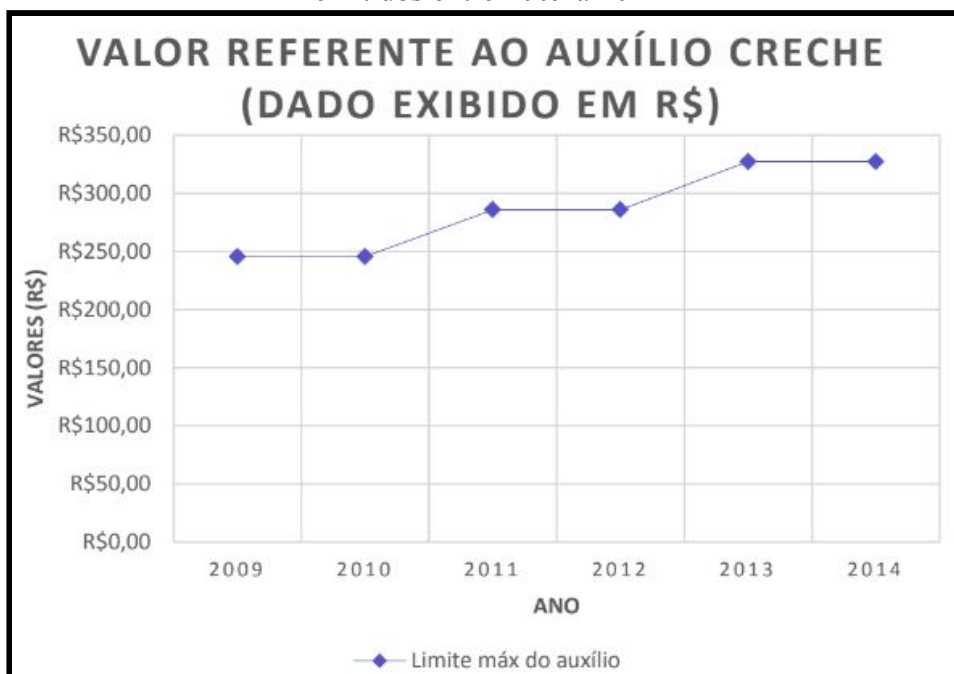
significando uma perda de benefício significativa para os trabalhadores e seus filhos/crianças que têm o direito à creche.

Gráfico 7 - Dados em % referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2014



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Gráfico 8 - Dados em R\$ referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos emitidos entre 2009 a 2014



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Após expostas estas informações acerca dos Acordos de 2009 a 2018, é relevante apontarmos, mesmo que brevemente algumas informações acerca da movimentação do SMI e da Vale S.A para a nova negociação do Acordo Coletivo de 2018 -2019 a ser assinado nos próximos meses do ano de 2018.

O contexto de negociação já apresenta grandes embates entre as partes, o que nos mostra que essa será uma das negociações que mais irá necessitar de um grande apoio e articulação dos trabalhadores, afinal são seus direitos em jogo, correndo sérios riscos de serem suprimidos, pela vontade, intenção e movimentos da empresa mineradora.

Alertando a categoria sobre os lucros cada vez mais altos que a empresa terá, considerando as reformas nas leis trabalhistas e sua implementação no contexto laboral da mineração extrativista, os informativos dos Sindicatos Metabase Inconfidentes e Metabase Itabira, que passaram a atuar juntos após o processo eleitoral do Sindicato Metabase Itabira eleger uma chapa alinhada à perspectiva dos trabalhadores e romper com um processo viciado/ cooptado/pelego que se perpetuava há décadas naquele sindicato, disponibilizados aos trabalhadores citam:

A Vale já fez uma primeira apresentação do que espera do ACT 2018-2019: Aplicação de pontos da reforma trabalhista, redução do valor pago no adicional de turnos, cortes e revisões de pagamento de insalubridade e periculosidades, e diferenciação nos pagamentos para os novos contratos. (A Chapa dos Sindicatos -Eleições Sindicato Metabase Inconfidentes 2018, Pág 1).

Ressaltando o que de há pior na primeira contraproposta que a Vale S.A apresentou aos Sindicatos estão os seguintes pontos:

- Reajuste salarial de 4,2% (índice pouco acima da inflação do período, apenas).
- Cartão alimentação de 0% e um 13º em crédito no cartão.
- Periculosidade: Manutenção do adicional para os que já recebem. Estabelecimento de tempo mínimo de 30 minutos para recebimento do adicional para os contratados a partir da assinatura do acordo.
- Adicional Noturno: Manutenção do pagamento dos 65% para empregados com jornada de 8h e maquinistas em escala. Pagamento de 45% para os trabalhadores de 6h. Observa-se que os trabalhadores de turno de 6h receberam ajustes de 3,5% no salário, em compensação ao corte do adicional noturno.
- Horas em trânsito: Corte das horas à partir de janeiro de 2019. Inclusão de um prêmio de assiduidade, pago semestralmente. Observa-se a inclusão de uma cláusula que estabelece

o desconto de 1% no prêmio de assiduidade por cada falta justificada e, de 5% por cada falta injustificada.

Como podemos perceber as novas contrapropostas que a Vale S.A apresentou ao SMI estão com vários itens que apontam as mudanças que entrarão em vigor a partir da reforma trabalhista já aprovada e com tendência de ser ampliada nos próximos anos.

Para fortalecer a luta dos trabalhadores, é relevante referenciar o contexto de articulação e atuação conjunta dos Sindicato Metabase Inconfidentes e do Sindicato Metabase Itabira. Esta articulação que se iniciou ainda no período eleitoral do Sindicato Metabase Itabira, neste ano de 2018, em que o SMI atuou fortemente no sentido de contribuir para a vitória da chapa de oposição à diretoria daquele sindicato, tende a fortalecer e manter nesse período de realização do acordo coletivo 2018 - 2019, materializando e reforçando a união dos trabalhadores e suas representações por meio de sindicatos combativos e de luta ao que se refere aos seus interesse imediatos ao contexto produtivo/laboral, sem perder a perspectiva de ampliar essas questões ao conjunto da classe trabalhadora e dessa forma contribuindo para o tensionamento da ordem social e econômica vigente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, a proposta foi fazer uma análise das relações de trabalho na mineração, do contexto de luta dos trabalhadores sindicalizados do Sindicato Metabase Inconfidentes (SMI) que os representa a partir dos Acordos Coletivos firmados entre 2009 a 2018 com a Vale S.A. Esse percurso investigativo também se localiza contra a entrega das riquezas naturais e minerais do Brasil e da América Latina ao capital estrangeiro, consequentemente contra a entrega das vidas humanas, seja biológica ou produtiva (força de trabalho) de trabalhadores superexplorados neste contexto produtivo.

Em suma, o percurso realizado foi basicamente uma análise e apropriação para melhor conhecer o panorama das negociações dos Acordos Coletivos entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a empresa Vale S.A nos anos de 2009 a 2018. O propósito foi analisar, refletir e avaliar as relações de trabalho e os trâmites nos Acordos Coletivos entre estas partes.

Nesse sentido, reunindo um conjunto de pesquisas e estudos que abordam os fatores históricos em que se desenvolveu o processo de colonização da América Latina e do Brasil, essa pesquisa buscou contribuir para a potencialização da luta sindical dos trabalhadores na mineração na região dos Inconfidentes.

Diante essa compreensão, podemos perceber que a história do processo democrático do desenvolvimento do capitalismo no Brasil se reafirma de acordo com os interesses dos monopólios e dos mercados capitalistas internacionais. Destacamos que as primeiras manifestações da luta de classes no Brasil, após o período colonial e escravagista, explicitam a articulação dos trabalhadores ao que se refere aos interesses coletivos e dos menos favorecidos da época. É relevante explicitar que os ex escravos (trabalhadores livres do capitalismo), diante do grande número de pessoas sem trabalho, educação e sendo excluídas da sociedade iniciaram as primeiras reivindicações e organizações coletivas no país.

Após esse período, com o advento da revolução industrial e o desenvolvimento dos setores específicos de trabalho no Brasil, nasceram as primeiras associações mutuais que de acordo com o autor Marcelo Mattos tinham um “caráter restrito”, e não contemplavam todas as categorias dos trabalhadores daquele período. Nesse cenário de constantes, árduas e emblemáticas lutas por melhorias na condição de vida e por direitos aos trabalhadores, foi se gestando o reconhecimento e o que denomina-se “consciência de classe” dos primeiros

operários originando as primeiras organizações sindicais no Brasil, em busca de alguma autonomia e da liberdade na luta em prol da classe trabalhadora do país.

Influencia diretamente este contexto, o fato de que o desenvolvimento industrial do Brasil foi marcado e consolidado por períodos de dominação estrangeira, fato este que vem desde a “descoberta” do país, se amplia e consolida-se cada vez mais. Pode-se dizer que o histórico e atual contexto de dominação pelo capital internacional configura um “desenvolvimento” industrial excludente e que remoldam a conjuntura política, econômica e social de subserviência aos países de capitalismo central. Esse processo acaba por concentrar as diferenças/desigualdades sociais, a desvalorização e exploração da classe trabalhadora no país.

Nessa relação moldada pelo modo de produção capitalista, a luta sindical se faz presente no cotidiano e vida dos trabalhadores brasileiros. Sendo um elemento da práxis política, seu papel de articulação e de ação coletiva diante dos desmandos do capitalismo, o sindicato tem um papel de intermediação entre classes antagônicas. Colocando-se a favor dos interesses dos trabalhadores, desenvolve ações com caráter pedagógico, de articulação coletiva e de conscientização junto ao conjunto dos trabalhadores na sociedade. Assume assim, um papel de importância no contexto das lutas de classe.

Nesse sentido, podemos destacar que as greves que ocorreram ao longo da história do Brasil, especialmente as greves desencadeadas pelo “novo sindicalismo”, em final da década de 1970 e início de 1980, e que contaram grande participação dos trabalhadores e representatividade das centrais sindicais, destacadamente a CUT, tiveram um papel muito importante na movimentação e luta por direitos trabalhistas no país, contribuindo com o processo de redemocratização do Brasil.

Essa apreensão acerca do movimento sindical, da atuação esperada dos sindicatos, teve no Brasil um notável retrocesso a partir dos anos 1990. Nesse período se materializou, nos países da América Latina e conseqüentemente no Brasil, com mais força e incidência sobre a atuação do Estado e sobre a classe trabalhadora, a perspectiva neoliberal, que se explicita e se agrava nos dias atuais.

Concluimos que nesse período histórico de intensas mudanças no país as empresas estatais de telecomunicações, siderúrgicas e mineração são vendidas/privatizadas para empresas multinacionais estrangeiras. A ideia difundida pelo governo e veículos de comunicação é que o Estado não dava conta de administrar as grandes empresas estatais e que

para esses serviços serem mais eficazes o melhor seria a privatização das mesmas. Esse momento de privatizações traz consigo diversas problemáticas e consequências danosas à estrutura e soberania do país, principalmente sobre a classe trabalhadora e sua organização sindical.

Nesse enfoque, conclui-se que, a superexploração da classe trabalhadora e a exploração das riquezas e bens naturais nos países da América Latina e no Brasil são projetos para fomentar o avanço e crescimento dos países de economia central, sendo apoiados pela burguesia nacional e contando com o apoio do Estado/governos.

Os processos de privatização das empresas estatais no Brasil condicionam a relação de superexploração dos trabalhadores destes setores e dos recursos naturais e do meio ambiente contribuindo fortemente para a manutenção do país em uma relação de dependência econômica em relação aos países de capitalismo desenvolvido. Tal configuração, consequentemente recai e explicita-se nas relações de trabalho. É o que se constatou ao analisar os dados dos acordos coletivos nessa pesquisa, onde a empresa Vale S.A, que era uma empresa estatal nacional e de grande valor para a soberania nacional, passou, no início dos anos 1990, a ser gerenciada prioritariamente por acionistas estrangeiros, tornando o ciclo de crescimento e de desenvolvimento regulado pelos países de economia central. Configuração e dinâmica esta (das economias centrais) que visa a produção e investimento na indústria de grande porte e de maior valor agregado, deixando e mantendo em contrapartida e por necessidade, para os países de capitalismo dependente a condição de países exportadores de insumos e matérias-primas, como por exemplo o minério de ferro extraído pela empresa Vale S.A na região Inconfidentes e que destina-se para o crescimento e desenvolvimento estrangeiro e não local, nacional.

Diante desse conjunto de situações acerca do histórico e construção do país o presente estudo faz uma abordagem analítica dos acordos coletivos entre a empresa Vale S.A e o SMI. A análise dos acordos em questão se referenciou especificamente nas perdas e ganhos que os trabalhadores obtiveram nesses anos, bem como, os ataques que a categoria vem enfrentando e enfrentará a partir das reformas trabalhistas aprovadas em 2017.

Queremos dizer que, optamos especificamente pela investigação e evidência da correlação de forças/luta de classes, a partir e expressas nos acordos coletivos entre os trabalhadores sindicalizados no referido sindicato e a também referida mineradora.

Como resultado dessa análise, podemos destacar que embora o lucro da Vale S.A permaneça alto nos últimos anos, a superexploração da força de trabalho e os cortes nos salários e benefícios dos trabalhadores estão maiores a cada ano. Nos últimos acordos coletivos analisados os trabalhadores perderam alguns benefícios do Plano Odontológico (os tratamentos odontológicos mais específicos, o direito à prótese dentária), o auxílio uniforme escolar, o benefício do Vale Cultura. Destaca-se também que houve uma baixa na remuneração/salários e nos abonos anuais. Em relação às questões de benefícios de saúde em geral, os trabalhadores não perderam tanto como em relação à questão específica de tratamento odontológico.

Ao término desse trabalho a preocupação central está no futuro dos direitos dos trabalhadores do SMI e de todos os brasileiros, pois, essa pesquisa conclui que com a aprovação total das reformas/alterações nas leis trabalhistas, os trabalhadores irão perder nos principais direitos conquistados como:

- Jornada de trabalho: De acordo com a nova proposta a jornada que era de no máximo 8 horas por dia e no total 44 horas semanais poderá ser de 12 horas por dia, com 36 horas de descanso.
- Jornada intermitente: Com a nova lei trabalhista o trabalhador será requisitado ao trabalho quando tiver serviço, podendo a empresa pagar a sua remuneração por horas ou por diária sendo o Fundo de Garantia do Trabalhador Segurado (FGTS) e férias perdidos, e o seu salário final pode ser menor que o salário mínimo.
- Demissão: A demissão poderá ser negociada com o patrão, passando o aviso prévio que antes era de 30 dias para 15 dias e com uma multa rescisória de 20%, o que antes era de 40%.
- Negociado sobre o legislado: O negociado se sobrepõe ao legislado enfraquecendo os acordos e a importância dos sindicatos. Antes, os acordos só poderiam melhorar algo já consolidado pela Lei, agora valerá a negociação entre empregador e empregado, deslegitimando o espaço de articulação coletiva.
- Ação trabalhista: As mudanças serão prejudiciais para o trabalhador que entrar com processo na justiça e perder, ou seja, se o trabalhador também faltar à audiência sem justificativa, antes o processo poderia ser arquivado, agora o trabalhador terá que pagar ao patrão caso perca a ação.

➤ Hora e transporte do trabalhador: A remuneração do tempo de deslocamento do trabalhador até a empresa não existirá mais com a nova lei trabalhista.

➤ Férias: As férias do trabalhador poderão ser divididas até em três vezes no ano.

➤ Terceirização: De acordo com as novas Leis as empresas podem terceirizar tudo, mas a demissão dos efetivos para recontratá-los terá que ter um intervalo de 18 meses, esse processo está gerando várias demissões e novos contratos visando a lei da terceirização. Antes, as empresas só podiam terceirizar as chamadas “atividades-meio”.

➤ Grávidas no ambiente de trabalho insalubre: As leis anteriores determinavam que as grávidas tinham que ser remanejadas para locais considerados não insalubres. De acordo com o estabelecido nas novas leis, elas podem trabalhar em graus considerados “médio e mínimo” de insalubridade, e seu remanejamento será somente se apresentado um atestado médico. As trabalhadoras que estão em período de amamentação podem trabalhar em todo local considerado insalubre, em ambientes com grau químico elevado ou considerado de grau “máximo”.

Por fim, concluímos que as novas medidas da reforma trabalhista trouxeram e trarão mudanças em vários pontos que os acordos coletivos mantinham e defendiam a longos anos; direitos esses que são defendidos e conquistados pela classe trabalhadora em seu conjunto e pelas categorias específicas de cada setor produtivo.

As novas alterações na CLT representam um ataque direto aos direitos históricos conquistados pelos trabalhadores no Brasil, visto isso, é preciso fomentar a compreensão desse contexto e a articulação de toda a classe trabalhadora no que se refere à conscientização e à luta pela manutenção dos seus direitos imediatos enquanto trabalhadores, mas também para além disso, no sentido de superação do trabalho assalariado e da propriedade privada, pilares que fundamentam este modo de produção excludente e explorador de uma classe sobre a outra. Diante disso, reivindica-se a importância dos sindicatos enquanto instâncias coletivas, de organização e de luta da classe trabalhadora no sentido de construir uma sociedade justa e livre, diferente desta em que vivemos que é pautada na exploração dos trabalhadores, cooptação das instâncias coletivas e de luta, e em que prepondera a barbárie seja no contexto produtivo ou da reprodução social.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO 2009 a 2018 - Sindicato Dos Trabalhadores Na Indústria De Extração De Ferro e Metais Básicos de Congonhas Belo Vale e Ouro Preto. Inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 19.694.272/0001-67, com sede na cidade de Congonhas- MG, na av. Padre Leonardo, nº 50 CEP 36415-000, Centro.

A CHAPA DOS SINDICATOS- *Eleições Sindicato Metabase Inconfidentes*, 2018.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, ed. 13, 2008.

\_\_\_\_\_. *O que é sindicalismo*. Coleção Primeiros passos, São Paulo Brasiliense, 1985.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ILAESE. “Trabalho & Exploração”. Número 01, Vol. 01. São Paulo, 2017.

ARBIA, Alexandre Aranha. “Contornos de uma práxis sindical: curvatura teórica e ideológica nas concepções e práticas da central única dos trabalhadores”. Programas de Pós-graduação da CAPES. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2010.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 2010.

BERTOLLO, Kathiúça. *Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG*. 2017.

CARTILHA ILAESE- *Campanha Salarial dos Trabalhadores da Vale 2015, 2016, 2017, 2018* .<http://www.ilaese.org.br>. Acesso em: 20 de agosto, 24 de agosto 2018.

CHAGAS, F. E. *O Método Dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto*. Universidade Federal do Ceará (UFC), 2012. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520\\_Chagas\\_Eduardo.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf)> Acesso em: 10 julho 2017.

CSP - CONLUTAS - Central Sindical e Popular. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/>> Acesso em: 10 junho 2018.

DICIONÁRIO CRÍTICO DA MINERAÇÃO. Editorial iGuana, Marabá, 2018.

FERNANDES, F. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. In: Revista Economia do Nordeste: Modernização conservadora. Zahar Editores, 1981.

FREDERICO, C. *Classe e Lutas Sociais*. In: Conselho Federal de Serviço Social. (Org.). Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Ed. 8. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. “Mineradora da Vale causa tragédia em MG”. Publicado em: 07 novembro 2015. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mineradora-da-vale-causa-trag-dia-em-mg>> Acesso em: 07 maio 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos da metodologia científica. Ed 5. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p. 137-180.

MARXIST INTERNET ARCHIVE. *Dialética da Dependência*. Obra de Ruy Mauro Marini (1973). Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod\\_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf)> Acesso em: 07 maio 2018.

MATTOS, M. B. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Editora: Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil, 2009*.

MIGALHAS. “A importância do acordo coletivo de trabalho na relação entre empregador e empregados.” Por: Daniel Bedotti Serra. Publicado em: 29 maio 2012. Disponível em:

<<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI156260,81042-A+importancia+do+acordo+coletivo+de+trabalho+na+relacao+entre>> Acesso em: 08 janeiro 2018.

OLIVEIRA, M. F. de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.

PSTU. “História do Sindicalismo no Brasil e no Mundo.” Por: Diego Cruz. Publicado em: 27 maio 2010. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/a-historia-dos-sindicatos/>> Acesso em: 15 dezembro 2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Trabalhadores, sindicatos e industrialização”. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/5y76v/pdf/rodrigues-9788599662991.pdf>>. Acessado em 12 maio de 2018.

SALVADOR, Evilásio. *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

VALE S.A: <http://www.vale.com/brasil/> Acesso em 02 de maio 2018.

## ANEXOS

**Imagem 1:** Carta de movimentação e organização via sindicato



Fonte: Arquivo Sindicato Metabase Inconfidentes, 2018.

Imagem 2: Folheto informativo distribuído para os trabalhadores da Vale S.A

**ACT 2018 VALE** • Metabase Itabira e Metabase Inconfidentes

## Enquanto vai muito bem, Vale só oferece chicote pros trabalhadores!

Confira os principais pontos da contra-proposta apresentada pela empresa que afronta nossos direitos:


- > **Reajuste Salarial:** 4,2% (índice pouco acima da inflação do período, apenas);
- > **Cartão alimentação:** REAJUSTE ZERO! 13ª Crédito permanece;
- > **Periculosidade:** Manutenção dos empregados que já recebem independente do tempo de exposição. Os futuros empregados que reivindicarem periculosidade só seriam aceitos com um tempo de exposição diário acima de 30 minutos;
- > **Adicional Noturno:** 8h - mantém 65%; 6h - passaria para 45% e seriam compensado com um reajuste salarial 3,5% (em cima do aumento já proposto acima) ou seja cumulativo.

**Obs:** Aos trabalhadores de turno de 6h ajuste de 3,5% no salário, em compensação ao corte do adicional noturno.

- > **Horas In-tinere:** Corte das horas in-tinere a partir de janeiro de 2019. Inclusão de um prêmio de assiduidade, pago semestralmente.

**Obs1:** Desconto de 1% no prêmio de assiduidade por cada falta justificada e de 5% por cada falta injustificada.

**Obs2:** Nos locais que não recebem essas horas, não haverá este pagamento, como é o caso da Minas de Timbopeba e Mina de Fábrica.



### NOSSOS PRÓXIMOS PASSOS:

01. Como a Vale fez uma contra-proposta cheia de itens, com mais de 20 páginas e utilizando a Reforma Trabalhista, os sindicatos vão estudar mais a fundo para além dos principais itens que já estão descritos ao lado;
02. Uma nova reunião com a Vale acontecerá, com data ainda a ser definida;
03. Se você conhece trabalhadores de outras unidades da Vale que não são representados nem pelo Metabase Itabira, nem pelo Metabase Inconfidentes, diga a eles para que exijam de seus sindicatos uma campanha salarial unificada, tal como os nossos sindicatos já estão fazendo;
04. Mande mensagens para os nossos meios de comunicação que estão logo abaixo para se manter informado sobre nosso acordo coletivo;
05. Vamos preparando nossas próximas batalhas, pois as lutas são o caminho para arrancarmos o que é nosso por direito!

**WhatsApp:**  
**Metabase Inconfidentes:** 031-9 8336-8979  
**Metabase Itabira:** 031-9 9507-9341

**facebook:** /metabaseinconfidentes/ | /metabaseitabira/

Fonte: Arquivo Sindicato Metabase Inconfidentes, 2018.

Imagem 3: Acordos Coletivos de 1992

Isto aconteceu porque a direção da Vale, como sempre, só negocia se for obrigada. Só que desta vez, o tiro saiu pela culatra. A portaria nº 211, que regulamentava a política salarial, só permite descontar antecipações da - das acima da lei, se houver negociações com os sindicatos. A prática burra da direção da Vale de não negociar com os trabalhadores levou a que os com panheiros tivessem redução dos seus salários. Vamos discutir o assunto nas reuniões por setor e na assembleia do dia 14/04. Ou mobilizamos agora, ou vamos continuar sendo passados prá trás. **MATO VERMELHO**

## Acordo Coletivo 92:

*É hora de nos prepararmos para a data base.*

A partir deste mês de abril, estaremos dando início ao processo de preparação para o nosso acordo coletivo de 92. Faremos, como sempre, a nossa pré-pauta, reuniremos a Coordenação Nacional, tiraremos uma pauta única e depois faremos outra assembleia para aprovar a pauta.

É importante a participação de todos os companheiros desde o início, para fazermos uma pauta que atenda às reivindicações da maioria dos trabalhadores na Vale. Também é importante participar, para irmos criando um clima de mobilização a nível nacional e conseguirmos fazer um acordo com grandes conquistas.

Estamos chamando a partir da próxima semana, reuniões por setores para discutirmos as sugestões para a pré-pauta. Veja no calendário abaixo, o dia da reunião do seu setor:

## Reuniões por Setor

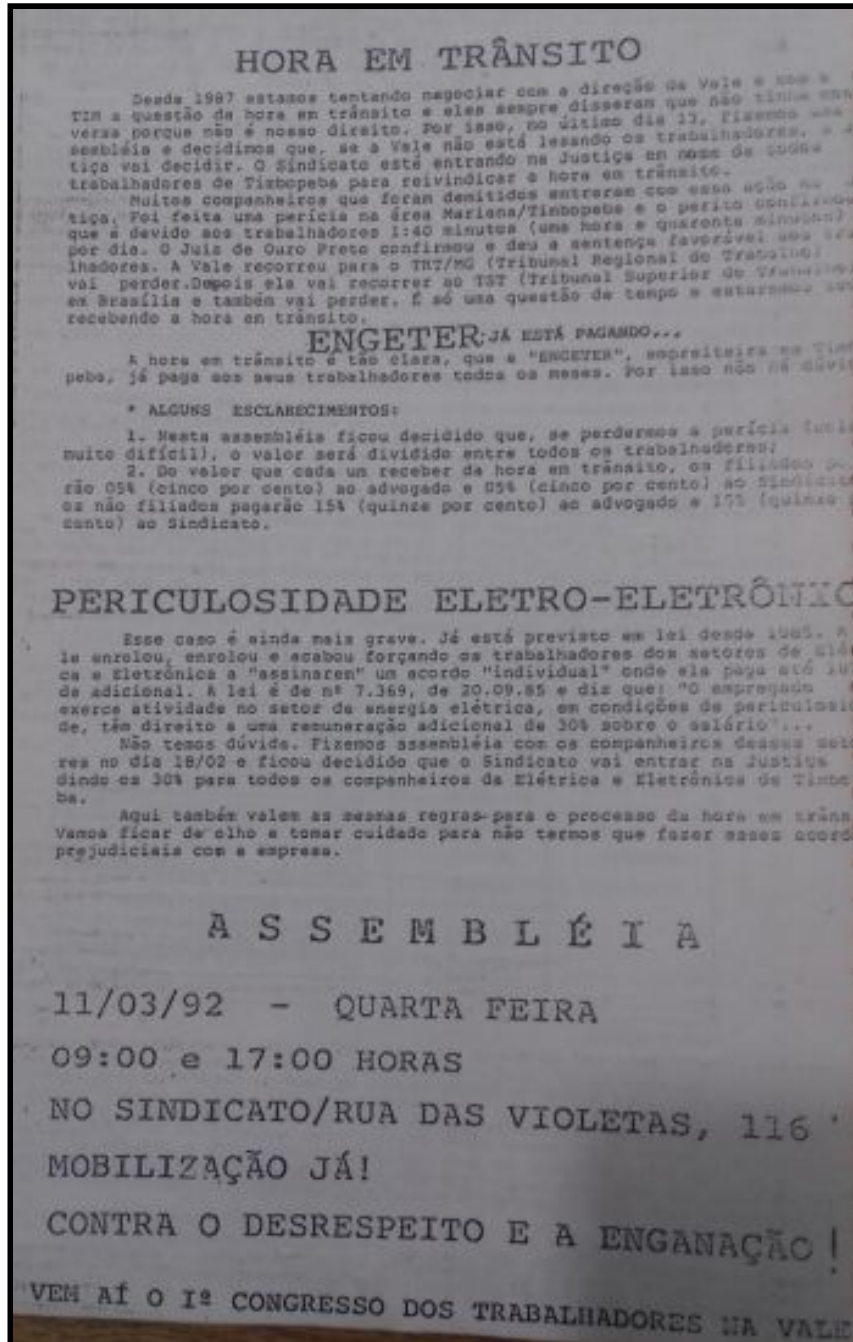
Dia	Horário	SETORES
08/04/92 Quarta	09:00 e 17:00 horas	OPERAÇÃO, CARREGAMENTO E AMBULATÓRIO
09/04/92 Quinta	09:00 e 17:00 horas	MECÂNICA E ELÉTRICA TRATAMENTO, ELETRÔNICA PFC, LUBRIFICAÇÃO, VULCANIZAÇÃO, POSTO DE MANUTENÇÃO.
10/04/92 Sexta	09:00 e 17:00 horas	MINA, CENTRALIZADA, LUBRIFICAÇÃO, ALMOXARIFADO, PFC, APROVISIONAMENTO, LABORATÓRIO, RESTAURANTE E ESCRITÓRIO.

Obs: Todas as reuniões serão realizadas no Sindicato.

Fonte: Arquivo Sindicato Metabase Inconfidentes, 1992.

Em visita realizada ao Sindicato Metabase Inconfidentes analisando alguns documentos de caráter histórico do SMI, foram acessadas algumas fotografias que mostram como eram os acordos coletivos nos anos de 1992. Podemos constatar diferenças na organização e nos formatos dos acordos de alguns anos atrás e os que acontecem atualmente. As fotografias 1, 2, 3 nos anexos deste estudo mostram como os acordos coletivos do SMI eram escritos nos anos 1990.

Imagem 4: Acordos Coletivos de 1992



Fonte: Arquivo Sindicato Metabase Inconfidentes, 1992.

Como podemos analisar de acordo com as fotografias das imagens anteriores, que os acordos coletivos mantinham um chamado aos trabalhadores para a participação nas reuniões, exigiam melhorias por condições de trabalho dentro da mina como o direito ao percentual de periculosidade, prestação de contas, e transparência da empresa. O documento mostra que essa reivindicação das horas em trânsito é requerida desde 1987 e que a empresa não

negociava com o sindicato na época - esse direito das horas em trânsito é adquirido pelos trabalhadores da mina nos dias atuais. A imagem mostra o chamado do Sindicato para as assembleias nos anos de 1992, e como pautas a serem debatidas o direito às horas em trânsito do trabalhador mineiro, como também o direito do adicional de periculosidade que nesta época já era previsto em lei.



Certifico que a aluna Neidimar Santos dos Reis, autora do trabalho de conclusão de curso intitulado “**RELAÇÕES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO: Análise dos acordos coletivos entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a empresa Vale S.A nos anos de 2009 a 2018**” efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

*Kathiuça Bertollo*

---

Kathiuça Bertollo

Orientadora

Mariana-MG, 04 de dezembro de 2018